

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS JESUS DE SOUZA

**“NO ONE IN ALEPPO CARES ABOUT BAN KI-MOON AND HIS WORRIES”: O
PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA CRISE DA SÍRIA (2011-
2016)**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

LUCAS JESUS DE SOUZA

**“NO ONE IN ALEPPO CARES ABOUT BAN KI-MOON AND HIS WORRIES”: O
PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA CRISE DA SÍRIA (2011-
2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S729

Souza, Lucas Jesus

“No one in aleppo cares about ban ki-moon and his worries”: O papel da
Organização das Nações Unidas na crise da síria (2011-2016) / Lucas Jesus
Souza.

87 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do
Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.

Orientação: Rafael Vitória Schmidt.

1. Organização das Nações Unidas. 2. Crise síria. I. Título.

LUCAS JESUS DE SOUZA

**“NO ONE IN ALEPPO CARES ABOUT BAN KI-MOON AND HIS WORRIES”: O
PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA CRISE DA SÍRIA (2011-
2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a meus pais pelo amor, confiança e apoio incondicional sobre minha decisão em cursar Relações Internacionais. Agradeço por terem abraçado minha mudança para o Rio Grande do Sul, para que eu possa seguir meus objetivos, e sempre terem disponibilizado todas as condições possíveis para que eu continue estudando.

Agradeço em especial ao meu orientador Professor Rafael Schmidt por todo suporte acadêmico no desenvolvimento desse trabalho e também por compartilhar suas experiências de forma a enriquecer meu conhecimento.

Também agradeço aos meus amigos e amigas, especialmente Felipe Carvalho que além da ajuda acadêmica nesse trabalho, foi meu melhor amigo nesses anos de graduação.

Finalmente, agradeço a minha namorada Manuela Rioseco, a pessoa que estava tão longe, mas ao mesmo tempo tão perto. Obrigado por me trazer felicidade, sempre acreditar no meu potencial, me fazer uma pessoa melhor, e me ensinar espanhol.

Que desculpa há para algo menos que uma ação determinada para travar o caos? Durante quanto tempo mais todos aqueles que têm influência vão permitir que tal crueldade continue? Eu apelo a todos os envolvidos para que acabem com o pesadelo.

Ban Ki-moon

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise da participação da Organização das Nações Unidas na crise síria nos anos de 2011 a 2016 por meio de suas ações e intermediações de paz. A Síria tem vivenciado uma guerra civil em seu território desde o ano de 2011, e tem sua origem nas manifestações da população síria contra o seu governante, Bashar al-Assad, que está no poder desde 2000, após suceder seu pai Hafez Al-Assad, dando assim, continuação ao regime da família Assad. Com a ampliação do conflito, envolvendo tanto atores regionais como internacionais, e o aumento do número de vítimas e refugiados, a Organização das Nações Unidas começa a intervir de forma prática na Síria a partir de 2012. Esta pesquisa estabelece um panorama geral sobre a origem da Organização das Nações Unidas, seus órgãos e um debate teórico sobre as organizações internacionais e as Relações Internacionais. Posteriormente, é discutido o histórico do Estado da Síria, junto a eclosão do conflito e dos atores envolvidos no mesmo. Finalmente, são analisadas as ações, e debates aplicados pela organização na crise síria, no intuito de verificar qual foi sua importância em tentativa de resolução da crise.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Crise síria. Intervenção. Convenções de paz.

ABSTRACT

“NO ONE IN ALEPPO CARES ABOUT BAN KI-MOON AND HIS WORRIES”: THE ROLE OF THE UNITED NATIONS ORGANIZATION IN THE SYRIA CRISIS (2011- 2016)

This paper aims to analyze the participation of the United Nations in the Syrian crisis in the years of 2011 to 2016 through its actions and peace intermediation. Syria has been dealing with a civil war in its territory since the year 2011, and has its origins in the demonstrations of the Syrian population against its ruler, Bashar al-Assad, who has been in power since 2000 after succeeding his father Hafez Al-Assad , thus giving continuity to the regime of the Assad's family. With the escalation of the conflict, involving both regional and international actors, and the increase in the number of victims and refugees, the United Nations begins to intervene practically in Syria from 2012. This study establishes a general overview about the origin of the United Nations, its organs and a theoretical debate on international organizations and international relations. Subsequently, the history of the State of Syria is discussed, together with the outbreak of the conflict and the actors involved in it. Finally, it is analyzed the actions and debates applied by the organization in the Syrian crisis, in order to verify its importance in trying to solve the crisis.

Keywords: United Nations. Syrian crisis. Intervention. Peace talks

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUDH** – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- CS** – Conselho de Segurança
- DFS** – Departamento de Apoio Logístico
- DM** – Departamento de Administração
- DPA** – Departamento de Assuntos Políticos
- DSS** – Departamento de Segurança
- EOSG** – Escritório Executivo do Secretário-Geral
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- OCHA** – Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- OMT** – Organização Mundial do Turismo
- OMM** – Organização Meteorológica Mundial
- PMA** – Programa Mundial de Alimentos
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNUMA** – Programa das Nações para o Meio Ambiente
- SDN** – Sociedade das Nações
- UNAIDS** – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
- UNICEF** – Fundo das Nações para a Infância
- UNIDIR** – Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre o Desarmamento
- UNISDR** – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres
- UNITAR** – Instituto das Nações Unidas para a formação Profissional e Pesquisa

UNODA – Escritório para Assuntos de Desarmamento

UNODC –Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e Crimes

UNU – Universidade das Nações Unidas

UPU– União Postal Universal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ONU: ABORDAGEM HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TEÓRICA	18
2.1 HISTÓRICO DA ONU.....	21
2.2 ORGÃOS INSTITUCIONAIS DA ONU	25
2.3 ABORDAGEM TEÓRICA DA ONU	30
3 A CRISE NA SÍRIA	36
3.1 HISTÓRIA DA SÍRIA.....	36
3.2 ECLOSÃO DO CONFLITO	45
3.3 ATORES DO CONFLITO	49
4 A ATUAÇÃO DA ONU NA SÍRIA (2011-2016).....	55
4.1 RESOLUÇÕES ASSEMBLEIA GERAL	55
4.2 CONVERSACÕES DE PAZ E RESOLUÇÕES DO CSNU	62
4.3 ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR).....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como tema geral a atuação da ONU na crise síria entre 2011 e 2016. Mais especificamente, pretende-se abordar quais foram as respostas que a ONU realizou em confronto a guerra civil do país, no quesito político, econômico e também humanitário. Com o desígnio de tratar tanto a origem da ONU e seus principais órgãos institucionais relevantes à crise da Síria, como o histórico antecessor a crise síria, cabe ao trabalho pontuar quais foram as medidas decisórias de cunho político, econômico e humanitário da ONU, que tiveram influência dentro da crise.

O recorte temporal deste projeto é uma consequência, primeiro, da origem do conflito. Em 2011, já existia na Síria um cenário com alto nível de desemprego, falta de liberdade política, corrupção e repressão pelo governo Bashar al-Assad, ademais protestos populares que demandavam a saída de Assad –inspirados na Primavera Árabe– resultaram em conflitos entre a população e o governo. Em segundo lugar, delimita-se a data final de 2016 devido à complexidade da análise de um fenômeno que ainda está presente e também pela possibilidade de certo distanciamento dos dados examinados.

O estudo criterioso da crise na Síria ganha grande relevância devido as suas características marcantes que englobam o conflito. A República Árabe Síria, com uma posição estratégica no Oriente Médio, enfrenta, desde março de 2011, uma guerra civil que em seis anos já deixou 320 mil mortos, destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária regional (OSDH, 2017). O conflito escalou-se com o nível de complexidade da guerra civil, envolvendo forças leais ao presidente Bashar Al-Assad, rebeldes, extremistas muçulmanos e potências estrangeiras.

A ONU, por sua vez, desde sua criação em 1945 após o término da Segunda Guerra Mundial, vem desempenhando um papel relevante no Sistema Internacional, seja através do Conselho de Segurança, recomendando métodos de diálogos entre os países, trabalhando na tentativa de manutenção da paz e segurança social, ou até mesmo discutindo assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos. Deste modo, no que tange a crise na Síria, a ONU tem realizado esforços condenando o governo de Bashar Al-Assad. Entretanto, ações práticas ocorreram somente em abril de 2012, com uma missão de observação aprovada pela Resolução 2042 (UN, 2012), depois de uma série de declarações do Conselho de Segurança (CS), e outros órgãos, para que se pusesse fim à violência e ao desrespeito aos direitos humanos. Conforme a crise ganha maior importância internacional, maiores são as

cobranças ao Organismo, em relação ao fim do conflito. Sendo assim, a seguinte questão se apresenta como problema de pesquisa: qual foi a importância da ONU na crise da Síria, entre os anos de 2011 e 2016, em tentativa de resolução da crise na Síria?

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é averiguar no período de 2011 a 2016, qual foi a importância do papel da Organização das Nações Unidas, no que concerne as questões políticas, econômicas e humanitárias, em tentativa de resolução da crise na Síria. Junto a isso, em seus objetivos específicos, pretende-se analisar a Organização das Nações Unidas, à luz da teoria das Relações Internacionais e da história, desde sua origem até os dias atuais, observando suas características como organização internacional, e suas mudanças em referência ao seu modo de atuação internacional com o decorrer dos anos. Investiga-se também a crise síria, no que diz respeito aos seus fatores geopolíticos, seus atores envolvidos e à história do país. Não obstante, cabe ao trabalho explorar quais as políticas desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas e os respectivos papéis que representam na busca de solução da crise da Síria.

Tendo em conta a dimensão que o conflito da Síria ocupa no período em análise, bem como a quantidade de refugiados – pior crise de refugiados desde a 2ª Guerra Mundial (LUNDGREN, 2016) – e de mortes no país, a hipótese deste trabalho é de que as medidas tomadas pela ONU, sendo estas no âmbito do Conselho de Segurança, Assembleia Geral, e ACNUR, não foram de grande importância, ou, em outras palavras, não tiveram grande impacto na tentativa de resolução da crise.

A pesquisa pode ser justificada, tendo em conta que o conflito na Síria, iniciado em 2011, é um dos mais recentes no Oriente Médio e ainda está em curso. Além do mais, a possibilidade dele se enquadrar dentro do contexto dos conflitos de 4ª Geração¹ o torna digno de ser extensamente estudado. O estudo da crise na Síria também vem ganhando uma grande importância no cenário internacional devido a estrutura do conflito, este está relacionado a interesses geopolíticos dos principais Estados do Sistema Internacional, além de interesses políticos, étnicos, sociais e religiosos na região que encontra o Estado da Síria.

¹ “Após os atentados classificados como terroristas sofridos pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, além de mudanças na agenda de política de defesa dos países, há também o surgimento de um novo tipo de guerra, a guerra assimétrica [...] Esse novo tipo de guerra foi denominada de Guerra de Quarta Geração e, pelos coronéis chineses Liang e Xiangsui como a Guerra além dos Limites, onde propõem que para se chegar à vitória nesse tipo de guerras, os meios empregados na condução da guerra transcendem as atividades militares [...]” (RUIVO, 2014, p. 6).

Ao mesmo tempo, se entende que as organizações internacionais atualmente possuem um papel central da política internacional e da vida social em várias partes do mundo. Dentro das relações entre os Estados e suas políticas internacionais, parte considerável dos esforços está relacionado às ações dentro das organizações intergovernamentais. Com isso, a Organização das Nações Unidas, como principal –devido sua notoriedade e participação em diversos questões globais– e maior órgão governamental internacional do Sistema Internacional, vem a desempenhar um papel de suma importância, exigindo uma atenção ao tema.

No que diz respeito à metodologia, o tipo de abordagem a ser realizada será a pesquisa qualitativa, se preocupando com o aprofundamento da compreensão dos fenômenos sociais, sem quantificar valores e as trocas simbólicas, pois os dados a serem investigados não são métricos (GERHADT; SILVEIRA, 2009).

Segundo Gil (2002):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002, p. 113).

A pesquisa terá como condutor o método hipotético-dedutivo, que segundo Nevado, “consiste, igualmente, em oferecer explicações causais dedutivas e em testá-las através de previsões, com base numa relação lógica entre proposições, sendo que o conhecimento resulta das proposições que refutam as hipóteses e teorias iniciais” (NEVADO, 2008, p.22).

Além disso, o procedimento técnico que será adotado para fundamentar este trabalho será um estudo bibliográfico de livros, dissertações e artigos de periódicos, bem como material jornalístico. Também será realizada uma análise de fontes primárias, tais como resoluções emitidas pelos órgãos institucionais da Organização das Nações Unidas e reportes.

Vale ressaltar que uma limitação, de certa forma, se encontra presente nesse trabalho, sendo a dificuldade de se obter grande quantidade bibliográfica, haja vista que a crise síria é atual e ainda está em curso durante a elaboração desse trabalho.

Em relação ao embasamento teórico, alguns termos serão de grande importância para o avanço desse trabalho, como a definição de organizações internacionais, conflito e crise. As teorias do Realismo, Liberalismo, Funcionalismo, Neofuncionalismo, Marxismo,

Construtivismo, Interdependência e Institucionalismo Neoliberal, serão trabalhadas posteriormente em um subtópico, 2.3, voltada particularmente para elas.

Sendo o tema do seguinte trabalho, a atuação da Organização das Nações Unidas na crise síria, é de grande importância um debate teórico acerca da definição e características de uma organização internacional, pois, uma vez explicado isto, é possível um maior entendimento e comparação da Organização das Nações Unidas com as demais Organizações Internacionais.

Segundo o Dicionário de Política, pode-se definir organizações internacionais como:

Associação entre sujeitos de direito internacional, instituída e disciplinada segundo normas do mesmo direito, concretizada numa entidade de caráter estável e dotada de um ordenamento jurídico peculiar, bem como de órgãos e meios próprios para cumprir os fins de interesse comum para que foi criada (BOBBIO, 2010, p.856).

Ademais, por estar presente na quase totalidade das Organizações internacionais, também existem elementos que podem ser considerados como características gerais das Organizações internacionais; seriam elas: caráter voluntário da sua constituição, caráter paritário, e pluralidade dos membros (BOBBIO, 2010). Esse conceito para Bobbio, deixa evidente que, como é necessário o advento de um acordo entre sujeitos de direito internacional, as organizações não governamentais não se encaixam nessa descrição por não serem constituídas através de atos jurídicos internacionais.

Seguidamente, em sua descrição das Organizações internacionais, Bobbio diz respeito as funções das organizações, sendo estas a: função normativa (atividade de criação da organização além de qualquer outra que contribua na promoção da mesma); função executiva (funções administrativas comuns ao interesse dos Estados); funções militares (mais comum a Organização das Nações Unidas); e por último está a função mais nova em comparação as outras, a jurídica (BOBBIO, 2010).

Da mesma maneira, partindo de uma visão mais jurídica, Seitenfus define como “uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros” (SEITENFUS, 2012, p.33).

Por outro lado, Herz e Hoffmann (2004) de forma incisiva definem as Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG), composta por Estados, e as Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGI), como a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional. Também as caracterizam como:

As OIGs são ao mesmo tempo atores centrais do sistema internacional, fóruns onde ideais circulam, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e mecanismo de cooperação entre Estados e outros atores. As OIGs são atores, uma vez que adquirem políticas e projetos próprios, além de poderem ter personalidade jurídica, de acordo com o direito internacional público (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.23).

A contribuição das OIGs envolve vários âmbitos que permeiam as relações dentro do Sistema Internacional. São responsáveis pela cooperação entre os Estados-membro, criando um espaço social e até físico, onde facilitam negociações de curta, média e longa duração. Junto a isso, a existência de uma burocracia permanente faz possível uma reação rápida em momentos de crises, na elaboração de projetos de assistência técnica, ajuda humanitária, cooperação científica. Também é ressaltado por Mônica Herz e Andrea Hoffmann, o encargo importante de favorecer “ a legitimação de normas e regras, ou seja, fazer a maior parte dos atores do Sistema Internacional acreditarem que elas devem ser respeitadas, gerando um sentimento de obrigação moral” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.24).

A diferenciação de “crise” e “conflito” é essencial para a compreensão desse trabalho, já que em vários momentos são usados os termos, e entende-se que os dois podem trazer certo desentendimento. Segundo Bobbio, crise é:

[...]um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame (BOBBIO, 1998, p.305).

Dentro desse sentido, de certa forma amplo, se distingue três espécies de crises, relacionado ao tipo de sistema em que se encontra, sendo elas: Crise do Sistema Político, Crise Governamental e Crise internacional (BOBBIO, 1998). Cabe ao trabalho se ater a definição de Crise internacional, que segundo Lasswell e Kaplan "Uma Crise é uma situação de conflito de intensidade extrema (existem altas expectativas de uso da violência)" (LASSWELL; KAPLAN, 1969, apud BOBBIO, 1998). Além do aspecto relacionado ao conflito violento, destaca-se a incidência da situação de crise no processo de resolução e a urgência conjunta de tomar decisões.

As Crises internacionais procedem de maneira característica de uma erupção repentina para um conflito breve até uma complexa obra de composição que na maior parte das vezes não leva a um desaparecimento permanente e definitivo das causas da Crise, mas a uma trégua mais ou menos longa e a uma institucionalização de novas formas de conflito. [...] Uma vez que toda a crise é um momento de ruptura inesperada no normal funcionamento de um sistema, ela requer respostas rápidas que tendem a reportar o sistema no seu módulo de funcionamento anterior ou a institucionalizar um novo módulo (BOBBIO, 1998, p.305).

Em contrapartida, o termo “conflito” é entendido como “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (BOBBIO, 1998, p.225). Resultado disso, conclui-se que a palavra não seja, para o quesito do trabalho, de uma grande representatividade no âmbito geral, uma vez que o mesmo busca abarcar questões políticas, econômicas e humanitárias da crise síria. Sendo assim, será utilizado o termo “conflito” para significado de combate e confronto, relacionando-se a luta armada.

Para analisar o papel da ONU na crise síria, é de grande importância apresentar um arcabouço teórico no qual a abordagem estará baseada. O predomínio do realismo tangenciou a contribuição dos liberais durante as primeiras décadas do pós-guerra. Assim, a teoria virou marca registrada de um saber voltado para o entendimento de problemas de segurança, aplicando a ideia de um mundo em que Estados egoístas e interessados somente em seu benefício próprio, acumulam poder e eram os principais e únicos atores do Sistema Internacional (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Esse cenário começa a mudar, ainda que lentamente, ao longo dos anos 70, quando a temática da interdependência se torna objeto favorecido de pesquisas originais e rigorosas por alguns autores que assumirão um lugar central nas Relações Internacionais. A partir dessa conjuntura, o tema da interdependência ganhou destaque com a publicação das obras *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power and Interdependence: World Politics in Transition* (1977), ambas lançadas por Robert Keohane e Joseph Nye (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Tal aporte teórico traria uma visão diferenciada, em relação às teorias já existentes, ou seja, em contraposição as teorias idealista e realista. Em suas obras os autores analisam de que forma a política externa interfere no comportamento de cada Estado, por isso a necessidade de entender o contexto mundial.

O seguinte capítulo dá início a investigação sobre a ONU, desenvolvendo sua parte histórica, Liga das Nações antecedendo a criação da ONU; a origem do órgão internacional ao longo de reuniões durante a Segunda Guerra Mundial, e posteriormente com a Carta das Nações; seus órgãos e setores, com suas respectivas funções; e por último uma análise das correntes de pensamento das Relações Internacionais em comparação com as organizações internacionais.

2 A ONU: ABORDAGEM HISTÓRICA, INSTITUCIONAL E TEÓRICA

É louvável uma pequena menção aos anos que antecedem a criação da ONU, para fazer um breve panorama do período entre guerras, 1919 – 1939, ressaltando a origem e declínio da Liga das Nações, antes de entrar de fato na abordagem histórica da ONU.

Antes da primeira Guerra Mundial, em 1914, começava a surgir a ideia de institucionalização de uma organização internacional, com objetivos políticos de cooperação entre os Estados do Sistema Internacional. Era vista a necessidade de um órgão capaz de coordenar os interesses comuns entre os Estados, sem que esses necessitassem das antigas formas de alianças militares para manter o equilíbrio de poder. O sentimento de pré-guerra, a constante intensificação da corrida armamentista, o imperialismo frente as outras nações e a declaração de guerra da Áustria à Sérvia, começava a fazer sentido que as relações internacionais dentro do Sistema Internacional deveriam ser regidas por uma organização internacional intergovernamental (XAVIER, 2007).

Com a entrada em cena dos EUA, já na última fase do conflito, onde desempenhou um papel decisivo, mas principalmente no pós-guerra com as noções iniciais de um projeto que viria a constituir-se como o principal antecedente da ONU, teve um papel fundamental na criação da Liga das nações. Sendo assim, em 8 de janeiro de 1918, o Presidente norte-americano Woodrow Wilson dirigiu-se ao Congresso nacional para enunciar os seus “catorze pontos” para o restabelecimento da paz (GUERRA, 2011).

Os 14 pontos de Wilson, como ficaram conhecidos, eram os seguintes:

1. Evacuação e restauração da Bélgica sem qualquer restrição à sua soberania; 2. Evacuação do território Francês, restauração das regiões invadidas e reparação dos prejuízos causados à França em 1871, relativamente à Alsácia-Lorena; 3. Evacuação do território Russo e livre regulação dos seus destinos políticos; 4. Retificação das fronteiras Italianas, conforme o princípio das nacionalidades; 5. Possibilidade de um desenvolvimento autónomo para os povos da Áustria-Hungria; 6. Evacuação da Roménia, da Sérvia e do Montenegro e concessão à Sérvia de uma comunicação marítima; 7. Limitação da soberania Otomana às regiões genuinamente turcas, com autonomia para todas as outras nacionalidades e garantias internacionais para o livre-trânsito nos Dardanelos; 8. Independência da Polónia com livre acesso ao mar; 9. Criação de uma SDN, oferecendo garantias mútuas de independência política e de integridade territorial, não só aos grandes como aos pequenos Estados; 10. Regulação imparcial das questões coloniais; 11. Garantias recíprocas para a redução dos armamentos; 12. Supressão, na medida do possível, das barreiras económicas, igualdade comercial para todos os Estados; 13. Liberdade de navegação; 14. Publicidade dos Tratados e conseqüente abolição das alianças secretas entre os Estados (XAVIER, 2007, p.20).

A Sociedade das Nações (SDN), também conhecida como Liga das Nações, prevista no ponto nove de Wilson, como uma Organização Internacional responsável pela independência política e integridade dos Estados, acabou por ser fundada na Conferência de Paz que colocava fim à primeira Guerra Mundial, no dia 28 de abril de 1919. Tratava-se de uma organização intergovernamental, com caráter permanente e vocação universal, e que apresentava três funções essenciais: a segurança; cooperação econômica, social e humanitária; execução de certos dispositivos dos tratados de paz de Versalhes (SEITENFUS, 2012).

Além disso, o Preâmbulo da Liga das Nações estabelecia:

Considerando que, para desenvolver a cooperação entre as nações e para lhes garantir paz e segurança é necessário: aceitar certos compromissos tendentes a evitar a guerra, manter publicamente relações internacionais fundadas na justiça e na honra, observar rigorosamente as prescrições do direito internacional, reconhecidas de hoje em dia, como regra de procedimento efetivo dos Governos; fazer imperar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados nas relações entre os povos organizados, adoptam o presente pacto que cria a Sociedade das Nações (XAVIER, 2007, p.21).

Porém, a tentativa de uma organização intergovernamental exercer controle sobre as relações internacionais entre os Estados não funcionou adequadamente. A Liga das Nações não conseguiu evitar ser encarada como uma continuação da Conferência de Versalhes, onde era notável que os vencedores da primeira Guerra Mundial procuravam na definição dos termos da paz uma imposição ao inimigo derrotado. A materialização mais concreta dos termos de Versalhes responsabilizava a Alemanha pelo eclodir do conflito, sendo então, obrigada a pagar indenização de guerra a todos os Estados inimigos, à perda das suas colônias, marinha de guerra e força aérea, além da redução do seu exército a um máximo de 100.000 homens e ao seu território em cerca de 30% (SEITENFUS, 2012).

A presença de Woodrow Wilson (Presidente dos EUA), Lloyd Weber (Primeiro-Ministro Britânico) e Clemenceau (Representante Francês), acabou por configurar uma monopolização do Tratado de Versalhes, mesmo estando presente entre 32 Estados. A divisão que era criada entre vencedores e vencidos saía reforçada e o que também era traduzido para a Liga das Nações, “desde logo na limitação dos Estados fundadores da Organização então criada aos “amantes da paz” excluindo, na sua fase inicial, os vencidos da primeira Guerra Mundial” (XAVIER, 2007, p.23).

Woodrow Wilson, em julho de 1919, apresentou o texto do Tratado de Versalhes ao Senado Americano para ser ratificados sem reservas nem objeções, contudo, o texto foi rejeitado pelo Senado Americano e ignorado definitivamente pela eleição presidencial de 1920.

O que posteriormente seria um dos principais motivos do fracasso da Liga das Nações, devido à importância da participação dos EUA nesse órgão internacional (GUERRA, 2011).

O fosso que surgia devido a divisão de vencedores e vencidos, veio a se relacionar com o desequilíbrio geográfico dos membros da Liga das Nações, que majoritariamente eram formados pelos Estados Europeus e com anseios de universalidade. Nesse sentido, as adesões da Alemanha em 1926, da URSS em 1934, trouxeram um certo significado de maior importância para a organização, no entanto, a partir de 1933 já se retiravam o Japão, a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Sem a presença dos EUA, e também dos dois fundadores mais fervorosos, Alemanha e Japão, a cooperação e a manutenção da recém-criada Liga das Nações, ficava cada vez mais difícil sustentar a relação de Estados com ideologias diferentes (XAVIER, 2007).

As contradições e lacunas do pacto, submergidas a um nacionalismo agressivo e revanchista no início da década de 1930, resultaram na exposição dos limites de ação da Liga das Nações (SEITENFUS, 2012). Dessa forma, “em 1939, confirmavam-se os sinais, que nas décadas de 20 e 30 já soavam, que a SDN faliu em muito porque não conseguiu concretizar a principal missão para a qual fora criada: evitar uma nova guerra à escala mundial” (XAVIER, 2007, p.24).

Realmente, a ideia de segurança coletiva como alternativa para resolução de conflitos ainda não encontrava respaldo em termos de mecanismos válidos, para que os Estados abandonassem inteiramente do seu direito de guerra e exército internacional (XAVIER, 2007). Porém, não só do fracasso da Liga das Nações se da sua importância como primeira tentativa de um órgão internacional de segurança coletiva. Vários exemplos de sucesso podem ser elencados, como por exemplo, a administração, de 1919 a 1935, do território de Sarre, reivindicado por França e Alemanha, que ao final foi realizado um plebiscito e retornou à administração germânica (SEITENFUS, 2012).

Outros exemplos de êxitos obtidos pela Liga das Nações com seus instrumentos de paz estão:

[...] a disputa de fronteiras entre a Suécia e a Finlândia; a salvaguarda territorial da então recém-criada Albânia, disputada entre a Grécia e a Jugoslávia; a retirada das forças gregas da Bulgária, em 1925; a resolução das expansões territoriais entre a Turquia e o Iraque; ou a retirada das forças peruanas da Colômbia através do envio de uma força de manutenção de paz (XAVIER, 2007, p.25).

Para Xavier (2007) acima de qualquer ação executada pelas Liga das Nações estava a consciência na vivência dos povos e dos Estados, da necessidade histórica e moral em se reunirem em um fórum comum de discussão e resolução de problemas e interesses comuns a toda a humanidade, tendo como objetivo a cooperação internacional tanto em quesito econômico como social, e a manutenção da paz.

A criação da OIT, apesar de ser alguns meses antes da origem da Liga das Nações, foi um dos legados mais positivos, pois foi como um verdadeiro laboratório de fenômenos sociais, vinculando-se estreitamente as suas atividades. Com forte ambição de promover a melhoria das condições de trabalho em todo o mundo e diminuir as tensões sociais, e sobretudo resistindo ao desaparecimento da Liga das Nações, perdurando até os dias atuais (SEITENFUS, 2012)

A organização desde meados da década de 1930 já demonstrava perda de credibilidade, devido ao fato de potências bélicas como Japão, Itália e Alemanha terem praticado agressões contra outros Estados, sem que a Liga das Nações pudesse responder ao mesmo nível. Contudo, a eclosão da segunda Guerra Mundial, em 1939, foi o verdadeiro gatilho para o fim da Liga das Nações (SEITENFUS, 2012).

Em conclusão, Xavier (2007) acredita que o balanço da existência e vigência da Liga das Nações é francamente positivo, em grande medida devido as novas abordagens que surgiram das causas de seu fracasso, sem desaparecer a fé na influência das Organizações Internacionais. Isso se pode ver claramente a partir da década de 50, quando começam a surgir diversas organizações internacionais voltadas a objetivos geográficos mais específicos, mais limitadas, mas ao mesmo tempo enfrentando novos desafios e com prioridades econômicas ou militares.

Tendo em mente os passos da primeira organização internacional com objetivos de segurança internacional e paz, e seu fracasso prematuro, a ONU, como veremos em seguida, saberá reconstituir o legado da Liga das Nações em um cenário semelhante e opor-se à sua progenitora, evitando repetir as conclusões negativas.

2.1 HISTÓRICO DA ONU

Em 25 de junho de 1945, reunidos em São Francisco (EUA), 51 Estados se encontravam para aprovarem a Carta das Nações Unidas. Assim, começava os preparativos para a aceitação dos novos acordos a serem firmados pós segunda Guerra Mundial. A vitória contra o eixo já

era eminente, contudo, os preparativos para a criação da ONU datavam ao início da guerra. Durante a formação da Aliança o Reino Unido e os EUA, estabeleceram os princípios que deveriam nortear as relações internacionais após o conflito (SEITENFUS, 2012).

Um exemplo disso é a Carta do Atlântico, firmada por Londres e Washington em 14 de agosto de 1941, a mesma declarava os princípios: “direitos dos povos de escolher sua organização política; proibição do uso da força nas relações exteriores; obrigação de consulta às populações em caso de modificações territoriais; acesso aos mercados e matérias-primas; liberdade de navegação nos mares e segurança coletiva” (SEITENFUS, 2012, p.91).

Posteriormente, o próximo passo a ser executado, foi no dia 1 de janeiro de 1942 em Washington, com a adesão de mais 26 Estados, dentre eles URSS e China, dando origem a declaração das Nações Unidas (XAVIER, 2007). Subsequentemente, em outubro de 1943, a Conferência de Moscou, com a participação dos Aliados, insiste na criação de um organismo internacional com princípios de igual soberania entre os Estados pacíficos, manutenção da paz e segurança internacional (SEITENFUS, 2012).

Com o objetivo de centrar as relações entre os Estados soberanos e iguais nos tópicos de paz e segurança internacional, além de definir os contornos da organização política das relações internacionais no pós-guerra, se encontraram os representantes da China, EUA, Reino Unido e URSS, na Conferência Dumbarton Oaks em agosto-outubro de 1944. Elaborando então os principais dispositivos da futura organização internacional. (GUERRA, 2011).

Essas reuniões realizadas e centradas nas grandes potências deixavam claro que a organização internacional que estava sendo criada somente seria eficaz se contasse com os mesmos. Por outro lado, a ideia universalista que estava sendo construída como base do organismo poderia estar vindo em confronto.

[...] inspirando-se na negativa experiência decorrente do vínculo entre o Tratado de Versalhes e a SDN, é prontamente descartada a possibilidade de inserir a nova instituição nos tratados de paz que colocarão em breve um termo à Segunda Guerra. Ou seja, a nova instituição não deverá apresenta-se como sendo uma espécie de “sindicato dos vencedores”, mas efetivamente uma organização a serviço da humanidade (SEITENFUS, 2012, p.92).

Além da dúvida sobre o papel diferenciado a ser desempenhado pelas potências ganhadoras da segunda Guerra Mundial, também nasce o questionamento sobre a forma decisória a ser adotada. As potências sabiam que poderiam ser remetidas a acatarem iniciativas

de manutenção de paz que em muitos casos não seriam de sua vontade, caso as decisões fossem tomadas baseadas em qualquer cálculo majoritário ou proporcional (SEITENFUS, 2012).

Em resposta a isso, na Conferência de Yalta, janeiro de 1945, Churchill, Roosevelt e Stalin trataram-se de diferenciar os países em permanentes e transitórios. “Qual decisão emanada deste órgão não deveria sobre oposição de um membro permanente. Portanto, os membros permanentes deveriam agir de forma unânime para uma decisão viesse a ser adotada. Surge assim o chamado poder de veto” (SEITENFUS, 2012, p.92). A adoção da ideia gerou grande oposição de Estados menores, estes defendiam o princípio democrático da organização, onde não deveria existir países com parâmetros diferenciados (GUERRA, 2011).

Com isso, se constituía a ONU, uma organização com vocação universal, mas que não pretende substituir os Estados, e nem se transformar em um Estado. Por isso a ONU se classifica como uma organização intergovernamental, e não supranacional, pois não possui poder que ultrapasse a própria soberania dos Estados membros (XAVIER, 2007).

Xavier (2007), ainda conclui que a ONU é uma organização internacional que possui quatro ordens de razão: a) é uma associação/coletividade voluntária de Estados, enquanto sujeitos do Direito Internacional; b) é constituída por um ato de direito internacional para que não sejam signatários de outros atos internacional que possam violar suas obrigações como membros; c) dotado de uma constituição, nesse caso, a carta das Nações Unidas; d) é uma personalidade jurídica, pois possui órgãos e instituições próprias e também tem a capacidade de realizar tratados com Estados membros e outras organizações internacionais.

A Carta das Nações Unidas é uma forma de regulamento interno, possuindo ainda hoje 1 preâmbulo, 111 artigos, estes divididos por 19 capítulos, e um anexo de 70 artigos que estão distribuídos por 5 capítulos (XAVIER, 2007). Seus objetivos podem ser encontrados no 1º capítulo da Carta, são eles:

Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e 4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU, s.d, p.5).

No segundo artigo se encontra os princípios que devem ser mantidos para a realização dos propósitos mencionados no Artigo primeiro. O princípio da igualdade a todos seus membros, cumprimento da boa-fé, resolução de controvérsias internacionais por meios pacíficos, evitar a ameaça ou uso da força contra outros membros, auxílio por parte dos Estados a Nações Unidas.

O seguinte capítulo, capítulo II, com os artigos terceiro, quarto, quinto e sexto são sobre os membros da ONU, onde é considerado membros originais aqueles que assinaram e ratificaram a Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco, em 1945, ou que foram signatários da Declaração de 1942 (ONU, s.d). Os membros admitidos seriam aqueles:

Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. 2. A admissão de qualquer desses Estados como Membros das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança (ONU, s.d, p.8).

Até o ano de 2016, a ONU possui 193 Estados-membros, dentre os quais 51 são considerados membros-fundadores. Dessa forma, somente o Vaticano, um país soberano e com total reconhecimento internacional, não faz parte da ONU, por outro lado, Taiwan desde 1991 luta pela sua incorporação no organismo, porém de forma frustrada, devido a China não reconhecer sua soberania (ONUBR, 2017).

Em relação ao orçamento da ONU, ele é apresentado pelo Secretariado Geral para a Assembleia Geral, onde pode ser aprovado para um período de dois anos. Entretanto, antes mesmo de ser encaminhado para a Assembleia Geral, esse é analisado pela Comissão em Assuntos Administrativos e Orçamentários, que pode recomendar a Assembleia Geral mudanças, e que devem ser aceitas. Esse orçamento deve ser distribuído entre todos os programas da ONU, em todas as áreas em que a organização internacional está envolvida, como assuntos políticos, direito internacional, cooperação internacional em busca de desenvolvimento, Direitos Humanos e assuntos humanitários, e também assuntos mais cotidianos e fundamentais da parte administrativa das sedes e escritórios que se encontram em vários países (UN, 2011).

As contribuições dos Estados são as principais fontes de recursos do orçamento², sendo revisadas de três em três anos e determinadas pela Assembleia Geral de acordo com a riqueza

² “Ao contrário dos Estados, as organizações internacionais não produzem riquezas materiais. Poucas, como a Organização das Nações Unidas, a UNICEF e a UNESCO beneficiam-se de escassas fontes de recursos através da

nacional total em relação à dos outros Estados-Membros. Esse valor total é realizado com o Produto Interno Bruto (PIB) e o rendimento per capita de cada Estado. Todavia, a Assembleia fixou um valor máximo e outro mínimo as contribuições, podendo ser o primeiro de 22% e o segundo em 0,01% do total do orçamento (UN, 2011).

O valor do orçamento regular da ONU no biênio 2014-2015 é de US\$ 5,53 bilhões, enquanto que o Brasil, no ano de 2013, contribuiu com 2,934% do orçamento regular da ONU (cerca de US\$ 74,76 milhões), sendo o 10º maior contribuinte no ranking mundial, o maior da América Latina, e segundo maior do BRICS, ficando atrás somente da China (ITAMARATY, 2017).

As sedes da ONU estão espalhadas por vários Estados do mundo, tendo como uma de suas sedes principais em Nova York- EUA, na First Avenue, e outra em Genebra- Suíça, sendo essa última muito simbólica e cheia de história pois está localizada no antigo *Palais de Nation* que era base da Liga das Nações. A organização ainda, devido a sua grande variedade de Estados – 193 Estados-membros – possui seis linguais oficiais: Árabe, Chinês, Espanhol, Russo, Francês e Inglês (UN, 2011).

2.2 ORGÃOS INSTITUCIONAIS DA ONU

Sobre a estrutura da ONU, o capítulo III da Carta da ONU estabelece os órgãos principais desse organismo, sendo eles: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Junto a isso, a carta também diz respeito aos órgãos subsidiários que serão criados à medida das necessidades pelos órgãos principais ou por uma Convenção Internacional (ONU, s.d). O capítulo IV da Carta da ONU, que possui os artigos de 9 a 22, servem para descrever as funções, atribuições, votos, e processos da Assembleia Geral.

Segundo a Carta das Nações Unidas, a *Assembleia Geral* é constituída por todos os membros da ONU, sendo que cada membro deve ter no máximo 5 representantes. Dentro da Assembleia pode ser discutido qualquer assunto que esteja dentro das finalidades da Carta ou que se relacionem com as atribuições e funções de qualquer de seus órgãos, podendo também fazer recomendações aos Membros das Nações Unidas ou do Conselho de Segurança e vice-

venda de selos e de publicações. Portanto, a totalidade das OI depende de forma plena e constante de recursos que devem ser aportados do exterior já que não dispõem de receita própria” (SEITENFUS, 2012, p.64).

versa. Possui a função de discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, que forem submetidas dentro da organização, seja ela vinda de um membro, do Conselho de Segurança ou até mesmo de um Estado não membro (caso esse aceite previamente as obrigações de soluções pacíficas previstas na Carta) (ONU, s.d). Suas recomendações estão destinadas a:

- a) promover cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação; b) promover cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (ONU, s.d, p.12).

A Assembleia Geral está encarregada de receber e examinar os relatórios anuais e especiais do Conselho de Segurança, em suas medidas adotadas e aplicadas por esse para manter a paz e a segurança internacionais, e também dos outros órgãos das ONU. Na parte financeira, fica com a função de aprovar o orçamento da organização, e quaisquer ajustes financeiros e orçamentários nas entidades especializadas. E por último, no tocante a votação, cada membro da Assembleia possui um voto, sendo que as decisões em questões importantes serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes (ONU, s.d).

O *Conselho de Segurança* é considerado o principal órgão da ONU e possui como finalidade principal a manutenção da paz e a segurança internacional. É constituído por 15 Estados, onde 5 são permanentes (China, França, Rússia, Grã-Bretanha e EUA), e os outros 10 são não permanentes, escolhidos através de uma votação por maioria de 2/3 dos Estados presentes e votantes em um período de 2 anos, realizado pela Assembleia Geral. A escolha dos membros não permanentes é realizada com base em alguns critérios como, a contribuição do Estado em matéria de paz e de segurança internacional, e também a distribuição geográfica, para que o Conselho seja mais equitativo (ONU, s.d).

O Conselho de Segurança está encarregado das “questões processuais” e também das “demais questões”. Destaca-se a funcionalidade dos votos; dentro das “demais questões” devem ser analisados 9 votos, sendo que os cinco permanentes devem se expressar. Sendo assim, mesmo em uma situação onde apresente 14 votos de aprovação dos Estados pertencentes ao Conselho de Segurança, caso exista um voto contra de um Estado permanente, o processo não continua (ONU, s.d). Isso é conhecido como o direito do veto, o que traduz a falta de igualdade nos votos dos membros permanentes e dos membros não permanentes do Conselho de Segurança.

O capítulo VI da Carta ressalta a tentativa de soluções pacíficas dos conflitos pelo Conselho de Segurança, através de negociações, inquéritos, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais. E também, quando julgar necessário, o órgão pode chamar as referidas partes para resolver, por tais meios, suas controvérsias. Dentro de suas várias atribuições, vale citar as seguintes: solicitar aos Estados Membros a aplicação de sanções econômicas, recomendar suspensão ou expulsão de Estados membros, recomendar a Assembleia a admissão de novos Estados, e também recomendação do novo Secretário Geral (ONU, s.d).

Conselho Econômico e Social está organizado dentro do capítulo X da Carta das Nações Unidas, abrangendo do artigo 61 a 74. O Conselho é composto de 54 membros da ONU eleitos pela Assembleia Geral, dentre esses, 18 são eleitos para períodos de 3 anos, podendo posteriormente serem eleitos novamente ou não. Cada Membro do Conselho Econômico e social tem nele um representante que possui direito a um voto, sendo as decisões do Conselho tomadas por maioria dos membros presentes e votantes (ONU, s.d).

Suas funções e atribuições são:

1. O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.
2. Poderá, igualmente, fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos.
3. Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência.
4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência (ONU, s.d, p.36- 37).

Além disso, o Conselho Econômico e Social é responsável por criar comissões para os assuntos econômicos, sociais e proteção dos direitos humanos, assim como outras comissões que forem necessárias. É então, responsável pela coordenação das Comissões Econômicas Regionais: Comissão econômica para Europa, Comissão econômica para a Ásia e Pacífico, Comissão econômica para América e Caribe, Comissão econômica para a África, e Comissão econômica e social para a Ásia Ocidental (GUERRA, 2011).

Conselho de Tutela é englobado pelo capítulo XIII da Carta, e nele são encontrados a parte do artigo 86 até o artigo 91. O Conselho de Tutela desde novembro de 1994 suspendeu suas atividades por motivo da independência de Palau, último território sob tutela, perdendo assim o propósito do órgão (GUERRA, 2011). O Conselho era formado por membros que administravam territórios tutelados, e tinha como funções: examinar relatórios submetidos pela

autoridade administradora; aceitar petições e examiná-las; realizar visitas periódicas aos territórios tutelados de acordo com a autoridade administradora (ONU, s.d).

A *Corte Internacional de Justiça* se encontra no capítulo XIV da Carta, previsto nos artigos 92 a 96, e cabe a ela o papel de principal órgão judiciário da ONU. Todos os membros da ONU fazem parte da Corte Internacional, porém, até mesmo Estados que não sejam membros da ONU podem vir a fazer parte do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em condições a serem determinadas pela Assembleia Geral. Sendo assim, os Estados membros se comprometem a conformar-se com as decisões emitidas pela Corte de Internacional de Justiça em qualquer caso que faça parte (ONU, s.d).

A Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia – Holanda – é formada por 15 juízes que são eleitos pela Assembleia Geral e resignados ao Conselho de Segurança da ONU para um mandato de 9 anos, ainda com possível reeleição (GUERRA, 2011). Em relação aos casos julgados pela Corte, existem duas formas que esses podem chegar nessa instância; o primeiro caso é algum acontecimento específico já concretizado e que é levado a Corte por um ou não Estado membro da ONU; já o segundo caso é quando a questão é submetida com antecipação (SEITENFUS, 2012).

Por último, o *Secretariado* é formado pelo Secretário Geral e da equipe exigida pela Organização. Sendo esse Secretário Geral o principal funcionário administrativo da Organização, ele atua em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social desempenhando as funções dadas por esses órgãos. É o responsável pelo relatório anual sobre os trabalhos da Organização para a Assembleia Geral. O Secretário ainda possui o poder de apelar ao Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa envolver o tema de manutenção da paz e de segurança internacionais (ONU, s.d).

1.No desempenho de seus deveres, o Secretário-Geral e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem receberão instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à organização. Abster-se-ão de qualquer ação que seja incompatível com a sua posição de funcionários internacionais responsáveis somente perante a Organização. 2. Cada Membro das Nações Unidas se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral e do pessoal do Secretariado e não procurará exercer qualquer influência sobre eles, no desempenho de suas funções (ONU, s.d, p.54).

Dessa forma, o Secretário Geral desempenha um papel de suma importância e de notável reconhecimento dentro da ONU. Até o momento, a ONU teve oito Secretários que foram de distintas partes do mundo, sendo três europeus, dois africanos, um latino, e dois orientais, cujo

o último – Ban Ki-Moon – da Coreia do Sul (SEITENFUS, 2012). A estrutura da ONU está configurada abarcando cinco principais órgãos que sustentam os ideais criados pela Carta da ONU. No entanto, destaca-se de forma breve, alguns dos seus principais órgãos subsidiários, que compõe e fazem parte de sua estrutura.

Dentro da Assembleia Geral é possível encontrar os órgãos subsidiários como a Comissão de Desarmamento, Conselho de Direitos Humanos, Comissão de Direitos humanos. Em parceria com o Conselho Econômico e Social, estão os Programas e Fundos e também os Institutos de Pesquisa e Treinamento. São exemplos de Programas e Fundos: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e Crimes (UNODC), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo das Nações para a Infância (UNICEF), Programa das Nações para o Meio Ambiente (PNUMA). Institutos de Pesquisa e Treinamento são: Instituto das Nações Unidas para Pesquisas sobre o Desarmamento (UNIDIR), Instituto das Nações Unidas para a formação Profissional e Pesquisa (UNITAR), Universidade das Nações Unidas (UNU); além das outras entidades como o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), e a Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR) (ONUBR, 2017a).

O Conselho de Segurança possui os órgãos subsidiários como o Comitê contra o Terrorismo, Comitê de Forças Armadas, Operações de Paz e Missões Políticas, Comitê de Sanções, Comitê permanentes e órgãos ad hoc, e ainda junto a Assembleia Geral, possui o Órgão Subsidiário Consultivo, Comissão de Consolidação da Paz (ONUBR, 2017a).

O Conselho de Econômico e Social é o responsável pelas Comissões Técnicas, Comissões Regionais e Agências Especializadas. As Comissões Técnicas trabalham com: Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Drogas Narcóticas, População em Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Social, Estatística, Status da Mulher. As Comissões Regionais, como já citadas, trabalham com as comissões econômicas de cada região do mundo (ONUBR, 2017a).

As Agências Especializadas são as organizações independentes que trabalham em parceria com a ONU e entre elas através da coordenação da ECOSOC. Estão presentes as seguintes agências: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Internacional

para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Postal Universal (UPU), Organização Mundial do Turismo (OMT), Organização Meteorológica Mundial (OMM) (ONUBR, 2017a).

O Secretariado está incumbido dos Departamentos e Escritórios, são eles: Escritório Executivo do Secretário-Geral (EOSG), Departamento de Apoio Logístico (DFS), Departamento de Administração (DM), Departamento de Assuntos Políticos (DPA), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Escritório para Assuntos de Desarmamento (UNODA), Departamento de Segurança (DSS), Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) (ONUBR, 2017a).

2.3 ABORDAGEM TEÓRICA DA ONU

O estudo das relações internacionais, como uma disciplina, tem início nos primórdios do século XX, com um conjunto de teorias e debates sobre o conhecimento do Sistema Internacional. À vista disso, as diferentes teorias vão buscar o entendimento e tentar explicar as cooperações e os conflitos entre os principais atores do Sistema internacional. As teorias que são criadas, possuem sua própria visão sobre as Organizações Internacionais, podendo ser de grande ou pequena intensidade sobre o seu papel no Sistema Internacional (HERZ; HOFFMANN, 2004).

O desenvolvimento das teorias de relações internacionais que vão de encontro com o funcionamento das organizações internacionais e em tentativa de explicar seu papel, se transformam junto aos períodos históricos, em alguns momentos possuindo uma força menor como em 1939 com a eclosão da segunda Guerra Mundial, dando total falta de credibilidade a Liga das Nações, ou em momentos de maior importância como a criação do sistema ONU. O nascimento do campo de estudo de relações internacionais e o primeiro debate, entre realistas e liberais no período de 30 a 40, estabeleceu um contraste entre o balanço de poder, direito internacional e organizações internacionais, como meio para manter a paz e a segurança internacionais dentro do Sistema Internacional (HERZ; HOFFMANN, 2004).

O estudo das organizações internacionais é um fenômeno que acompanha o desenvolvimento das mesmas após o final da segunda Guerra Mundial, isso se dá devido principalmente com a criação da ONU e do seu papel como arquiteta do Sistema Internacional. Contudo, em 1950, o papel predominante do Realismo impedia que os estudos das organizações

internacionais ganhassem mais força. Na década de 60, o debate realizado gira em torno da separação analítica entre os mecanismos de manutenção do Sistema Internacional e o estudo do papel das organizações. Desde aí, os estudos começam a focar em questões que as Organizações Internacionais podiam resolver, e problemas mais focalizados como, assistência no processo de descolonização, ajuda ao desenvolvimento, paz e segurança nuclear. Já nos anos 70, o enfoque das organizações se volta para as relações norte-sul (HERZ; HOFFMANN, 2004).

A escola inglesa com Wright e Bull em 1977, pode ser considerado um marco nos estudos para os organismos internacionais, pois desenvolve o conceito da sociedade internacional analisando a ideia de uma ordem internacional regida por normas e valores. Logo após, na década de 80, trabalhos sobre regimes internacionais dominavam sobre as organizações internacionais, que foram motivados pelos debates da Interdependência (SARFATI, 2005).

Os anos 90 trazem uma grande mudança para os estudos das organizações, há um grande incremento no número de publicações, conferências internacionais sobre as organizações, e também o estudo dentro de universidades (SARFATI, 2005). E isso acontece devido ao:

[...] novo otimismo sobre o papel das organizações internacionais no pós-Guerra Fria, mas também como resultado da incorporação de novos instrumentos analíticos aos estudos. As organizações passam a ser tratadas como atores, e abre-se uma janela para incorporar a discussão sobre as organizações “como organizações” através da incorporação da sociologia das organizações internacionais da sociologia das organizações aos instrumentos analíticos utilizados (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.40).

Em contrapartida, conforme a participação e o papel das organizações internacionais começaram a ganhar maior notoriedade no Sistema Internacional, a bibliografia crítica emerge em resposta (HERZ; HOFFMANN, 2004).. A resposta dada foram as críticas realizadas em relação à falta de intervenção em conflitos, empecilho ao mercado liberal, deficiências administrativas, e dentro destas as mais repercutidas são as realizadas a ONU, isso devido ao seu tamanho, importância e participação dentro do Sistema Internacional. As críticas são realizadas principalmente ao Conselho de Segurança, pois possui 5 membros permanentes que dispõem de armas nucleares, são detentores do veto, e também é muito questionável a sua eficácia (GUERRA, 2011).

O *realismo* defende que os principais atores do Sistema Internacional são os Estados, que trabalham em busca de poder e segurança. Ao mesmo tempo, esse Sistema Internacional é anárquico porque não possui uma autoridade supranacional, nem uma hierarquia entre os Estados que possa ser respeitada. A ausência de um governo acima de todos Estados provoca

uma situação de luta pela independência e segurança, além da falta de confiança no outro. As organizações não possuem poder para fazer que um Estado cumpra suas normas, e sim são respeitadas quando convém a esses (CASTRO, 2012).

Dessa forma, a teoria realista busca analisar o poder e as relações de poder, onde que as organizações internacionais seriam então apenas instrumentos para a consolidação do poder de um Estado. “Elas (organizações) são tratadas como barcos vazios existindo somente enquanto servem aos interesses dos Estados” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.42). A constante desconfiança dos realistas com as organizações internacionais reincide em vários debates que contribui ao estudo das organizações, por meio de contestações do impacto das instituições no Sistema Internacional (SARFATI, 2005).

O *funcionalismo* tem sua origem com a obra de David Miltrany, em sua monografia *A Working Peace System* de 1943. A ideia central do seu trabalho era que uma série de organizações com determinadas funções poderiam constranger a política externa dos Estados, e assim evitar as guerras. A perspectiva funcionalista acredita que a cooperação através das organizações poderia começar de forma mais técnica e com o tempo transbordar para outras esferas como econômica, social, até atingir a política (HERZ; HOFFMANN, 2004).

A soberania não seria superada, como em propostas de formação de um governo mundial, mas compartilhada; uma parcela de soberania seria transferida para uma nova autoridade. A cooperação em áreas específicas é enfatizada, sendo que as próprias tarefas e necessidades delineiam o contorno dessas áreas. A realização dessas tarefas por meio de organizações separadas que congregam especialistas e técnicos é vista de forma positiva (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 51).

O *neofuncionalismo* aparece posteriormente, na década de 50 e 60, ganhando destaque como a nova teoria de integração hegemônica, e participa dos debates políticos realizados em prol da integração na Europa ocidental. Com a observação do funcionamento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e da Comunidade Europeia de Energia Atômica, a teoria do funcionalismo ganha uma reformulação para o debate sobre o caráter do processo de integração na Europa Ocidental. Assim como o funcionalismo, os neofuncionalistas acreditam que o processo de gradual integração em áreas particulares pode expandir para novas áreas de integração. Consequentemente, eles conferem um papel central às organizações internacionais como geradores do processo de cooperação, contudo, voltado as relações regionais (HERZ; HOFFMANN, 2004).

O *Marxismo* como teoria das Relações Internacionais adquire expressividade somente em 1970, com ideias de análise sistêmica, focalizada nos padrões de dominação, e com o

princípio de mudança através da revolução (SARFATI, 2005). Inicialmente era uma teoria econômica sobre a relação entre meios de produção e relações de produção, os marxistas consideram:

[...] a estrutura do sistema capitalista, o processo de acumulação em uma escala global, as relações entre classes sociais e o interesse das elites das potências capitalistas em manter a reprodução do sistema elementos essenciais para a compreensão das instituições internacionais, e, mais especificamente, das organizações internacionais (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 56).

Segundo a teoria de Lenin sobre o imperialismo, as instituições internacionais são sistemas possíveis para as potências imperialistas, em um determinado momento histórico, que permitem administrar a competição entre as mesmas (SARFATI, 2005). As autoras Herz, e Hoffmann (2004) dão o exemplo do FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, como organizações que segundo a teoria marxista possuem uma atuação principalmente voltada para a elite, incidindo de maneira direta na relação dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os interesses dos países do norte econômico são projetados por essas organizações como se fossem universais, permitindo assim a perpetuação da dominação capitalista (MURPHY, 1994 apud HERZ; HOFFMANN, 2004).

Em suma, os marxistas fundamentam-se sua crítica ao sistema capitalista, enfatizando o papel das organizações internacionais como organismos que reproduzem esse modo de produção. Por outro lado, outros teóricos marxistas defendem que as organizações internacionais possuem um papel central como ambiente onde são formadas as coalizões entre potências capitalista, também forma de legitimar o poder dominante de alguns Estados sob os pertencentes a periferia (HERZ; HOFFMANN, 2004).

O *Construtivismo* é caracterizado pela ênfase do estudo sobre a forma, como identidades e interesses sociais são construídos. Possui grande influência da sociologia, e dentro das Relações Internacionais vem de confronto com conceitos como a anarquia e o interesse nacional. Os construtivistas trabalham principalmente com o processo de formação de identidade e interesses, assim como ideias, valores normas e crenças. E esse posicionamento também é direcionado ao modo que as organizações internacionais funcionam (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Construtivistas objetivam compreender e explicar a construção social dos atores e das estruturas sociais. A estruturas sociais e os atores se constituem mutuamente. As identidades, a racionalidade, os interesses e as preferências são construídos socialmente (uma análise sociológica permite entender esse processo). O papel das normas, influenciando o comportamento, é enfatizado. As instituições modificam as

opções disponíveis para os atores, transformando suas identidades e interesses e gerando normas relevantes (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.66).

O conceito de *interdependência* retorna com força na década de 1970, para referir-se à cooperação recíproca, isto é, dependência mútua e que abrange a interferência de forças externas que influenciam atores (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). A Interdependência afirma que o Sistema Internacional é um ambiente de cooperação, e também reitera que nas relações internacionais para obter os resultados propostos é necessário manipular os fatores de interdependência. Essas assimetrias são consideradas fontes de poder entre os atores (KEOHANE; NYE, 1987).

A ideia de Interdependência na definição de Keohane e Nye, “deve ser entendida como uma relação entre dois (ou mais) países na qual processos e decisões tomadas em cada um têm efeitos recíprocos, ou seja, atingem de alguma forma suas respectivas economias e sociedades” (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p.104). Logo, a interdependência, é uma via de mão dupla, todos os atores envolvidos são afetados, podendo ser de maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos internacionais e decididos por outros governos ou pessoas.

A ideia principal do *institucionalismo neoliberal* é que as variações na institucionalização da política mundial exercem significativo efeito no comportamento dos governos. Segundo Keohane, a perspectiva que ele chama de institucionalismo neoliberal, não define que os Estados estejam sempre coagidos a instituições internacionais, mas sim, que as ações dos Estados dependem, consideravelmente, dos acordos estabelecidos com as instituições internacionais (KEOHANE, 1993). Estes acordos podem afetar,

el flujo de información y las oportunidades de negociar; la capacidad de los gobiernos para controlar la sumisión de los demás y para poner en práctica sus propios compromisos; las expectativas prevalecientes acerca de la solidez de los acuerdos internacionales (KEOHANE, 1993, p.15)³.

Os institucionalistas neoliberais acreditam que a capacidade dos Estados de se comunicarem e cooperarem está ligada as instituições criadas pelo homem, podendo ser várias temáticas, como natureza ou força (AGGARWAL, 1985). Ainda, não distante do posicionamento realista, acredita-se que os Estados estejam no centro da interpretação da política mundial, porém, as regras formais e informais ocupam um espaço muito mais importante para os institucionalistas neoliberais.

³ “O fluxo de informação e as oportunidades de negociação; a capacidade dos governos para controlar a submissão dos demais e para colocar em prática seus próprios compromissos; as expectativas prevalecentes sobre a solidez dos acordos internacionais” (tradução nossa).

Deste modo, em linhas gerais,

el institucionalismo neoliberal se formula preguntas acerca del efecto de las instituciones en la acción del Estado y acerca de las causas del cambio institucional; supone que los Estados son agentes clave y que examina tanto las fuerzas materiales de la política mundial como el conocimiento de sí mismos que tienen los seres humanos (KEOHANE, 1993, p.15)⁴.

Contudo, a perspectiva institucionalista neoliberal somente funciona quando duas premissas principais se cumprem. A primeira, refere-se ao interesse mútuo dos atores internacionais, que significa, a cooperação deve gerar potenciais benefícios para ambos. Segunda condição para a importância de um enfoque institucional, é que as variações no nível de institucionalização exerçam efeitos notáveis no comportamento dos Estados (KEOHANE, 1993).

Hay, sin embargo, amplias pruebas que permiten llegar a la conclusión tanto de que los Estados tienen intereses mutuos como de que en la institucionalización es más una variable que una constante en la política mundial. Dadas estas condiciones, la cooperación es posible pero depende en parte de los acuerdos institucionales (KEOHANE, 1993, p.16)⁵.

As instituições internacionais são importantes para as ações dos Estados, pois ao mesmo tempo que afetam o incentivo dentro da sociedade internacional também facilitam a alcançar seus interesses. As instituições internacionais permitem que os Estados possam tomar medidas que, de certa forma, seriam intangíveis, como “recorrir al secretario general de las Naciones Unidas para que medie entre Irán e Irak o apelar a reglas de no proliferación para justificar una negativa a enviar equipamiento para un reactor nuclear a Pakistán (KEOHANE, 1993, p.20)⁶.

⁴ “O institucionalismo neoliberal formula perguntas sobre o efeito das instituições na ação do Estado e sobre as causas da mudança institucional; supõe que os Estados são agentes chave e que examina tanto as forças materiais da política mundial como o conhecimento de si mesmo que tem os seres humanos” (tradução nossa).

⁵ “Existe, porém, amplas provas que permitem chegar a conclusão tanto de que os Estados possuem interesses mútuos como também de que a institucionalização é mais uma variável que uma constante na política mundial. Dadas estas condições, a cooperação é possível, mas depende em parte dos acordos institucionais” (tradução nossa).

⁶ “Recorrer ao secretário geral da Organização das Nações Unidas para que intervenha entre Iran e Iraque, o invocar as regras de não proliferação para justificar uma rejeição a enviar equipamento para um reator nuclear no Paquistão” (tradução nossa).

3 A CRISE NA SÍRIA

Neste capítulo, será desenvolvido a abordagem histórica do Estado sírio – com um passado que envolve violência, intrigas políticas e conflitos religiosos, que vem a repercutir-se nos últimos anos – de maneira a explicar o decorrer dos acontecimentos em nível nacional e internacional. Dessa forma, com um entendimento maior da história, poderemos então entrar no debate da eclosão do conflito com a onda de movimentos da primavera árabe, analisando os acontecimentos que foram o estopim do conflito armado existente, e também da maior corrente migratória desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, cabe destacar um subcapítulo somente para a análise dos principais atores do conflito, explorando quais são seus interesses na região, e de que forma sua participação dentro do conflito tem resultado na desenvoltura da crise síria.

3.1 HISTÓRIA DA SÍRIA

Para analisar a história da Síria, é necessário recorrer primeiramente ao Império Otomano. “Empires come and go, but most collapse much faster than the Ottoman Empire”⁷ (HALL, 2013, p.4). Como dito por Clement (2013), o período de duração do Império Otomano é de grande destaque dentro das histórias das civilizações, sua origem remete aos anos de 1200 quando o Império Bizantino e o Império Seljúcida foram lentamente sendo invadidos por imigrantes do Turquistão, e que perdurou até a Primeira Guerra Mundial. Junto com a sua expansão o Império Otomano conquistou Constantinopla em 1453, e durante o começo do século XVI a região que agora é conhecida como Síria foi tomada dos Mamelucos.

As cidades que eram dominadas se tornavam províncias autônomas (*eyelet*) desse império, subdivididas em distritos administrativos chamados de *sanjak* porém eram administradas por governantes indicados pelo sultão turco. Em 1864 ainda houve uma mudança no sistema de *Vilayet*, onde criava uma hierarquia de subdivisões dos territoriais em *nahie* (nível de paróquia), *kaza* (pequeno distrito), *sanjak* (departamento) e *vilayet* (província). Esse sistema, em teoria, servia para que houvesse um maior controle do governo local, entretanto o controle permanecia completamente sob os poderes do sultão que escolhia cada governador dos *Vilayets*

⁷ “Impérios surgem e desaparecem, mas a maioria colapsa muito mais rápido que o Império Otomano” (tradução nossa).

(HALL, 2013). Dessa forma, o território da Síria era conhecido como Grande Síria, e seus domínios eram formados por:

[...] Adana at the north-east corner of the Mediterranean, Aleppo in the North, Beirut on the central coast, Jerusalem on the southern coast, Syria inland to both of them, and the large Sanjak of Zor covering the desert and the area of the fertile crescent towards the Sanjaks of Mosul and Bahdad (approximately representative of today's Iraq) (HALL, 2013, p.5)⁸.

Nos primeiros anos do século XX o Império Otomano já não demonstrava mais poder de extensão, e seu território se dimensionava do Mar Cáspio, aos portões de Viena ao norte e Marrocos em oeste. Outros poderosos Estados começavam a assumir grandes territórios da região, como a França assumindo a Argélia em 1830 e a Tunísia em 1881, Itália tomando controle da Líbia em 1912, e os ingleses ocupando o Egito em 1882. Ainda assim, o Império Otomano tinha controle sobre a região da Grande Síria, que agora se remetia aos territórios atuais do Líbano, Israel, Palestina, Jordânia, e partes da Turquia e do Iraque (HALL, 2013).

Mapa 1 – Mapa territorial do Império Otomano 1683-1914



Fonte: islamproject.org

Em finais do século XIX o Império Otomano já demonstrava sinais de declínio. Um grupo armado de jovens oficiais junto a estudantes médicos, em 1889, e posteriormente juntos a outros grupos de pessoas, em um intento de modernização da Turquia, começaram um

⁸ “[...]Adana no canto nordeste do Mediterrâneo, Alepo no Norte, Beirute na costa central, Jerusalém na costa sul, Síria no interior de ambos e o grande Sanjak de Zor cobrindo o deserto e a área do Fértil Crescente em direção aos Sanjaks de Mossul e Bagdá (aproximadamente representado pelo Iraque de hoje)” (tradução nossa).

movimento revolucionário contra o domínio o Império, esse grupo ficou conhecido como Jovens Turcos (HALL, 2013). No início do século XX, o movimento dos Jovens Turcos já realizava melhorias em vários setores, como educação, segurança pública e realização de obras, dos governos provinciais locais. Dessa forma, o sentimento nacionalista vinha de mãos dadas, usando da língua turca como objetivo, o que resultou no fortalecimento de outros nacionalismos regionais, como nacionalismo árabe, armênio e curdo (HOURANI, 1991).

Antes de ser reconhecida como um estado delimitado por fronteiras, a Síria já se mantinha como uma entidade simbólica, porém com uma demarcação territorial menos definida, desde a primeira metade do século XIX, quando o movimento de renascimento da língua árabe começou a ganhar expressão com a conquista do Levante por Ibrahim Basa (COSTA, 2016). Já na segunda metade do século, novas cidades começaram a ganhar destaque econômico, como Beirute que se tornou o principal porto do Levante, e Damasco se ampliou ainda mais com novos bancos e bairros construídos (HOURANI, 1991).

Ibrahim Basa fomentou a expansão do sistema de comunicações e de ensino, além da instalação do ensino da língua árabe nas escolas, que colaborou para a criação de uma cultura da escrita árabe que posteriormente no final do século XIX, daria origem ao nacionalismo árabe. Os árabes mulçumanos das grandes cidades da Síria frequentavam escolas otomanas para serem treinados a se tornarem oficiais, que em seguida eram aperfeiçoados nos quadros imperiais. Antes da Primeira Guerra Mundial eclodir, em 1914, esses jovens árabes com a adesão de consciência política, acabaram por formar grupos de discussão e ação política em procura da independência do Império Otomano e dos turcos (HOURANI, 1991).

A ideia desses jovens oficiais era a proclamação de uma união de árabes mulçumanos para que juntos se libertassem do domínio do Império. Contudo, nem todas as pessoas que falavam árabe concordavam com o plano de uma Síria confessional com o islã sendo a religião oficial. De outro modo, os nacionalistas cristãos de tendências mais seculares defendiam uma ideia de estado à semelhança dos estados modernos europeus (HOURANI, 1991).

Com o final da Primeira Guerra Mundial em 1919, e o desmantelamento do Império Otomano, a França impôs um projeto de mandato sobre a Síria e o Líbano através de um sistema de administração colonial para os territórios, e que tinha como base o Sistema de Mandato das Liga das Nações (COSTA, 2016).

Con el fin de la Primera Guerra mundial se instaura el sistema de mandatos de la Sociedad de Naciones. De acuerdo con el Acuerdo de Sykes-Picot que se firmó

entre Reino Unido y Francia, el Reino Unido controlaba la mayor parte de la Mesopotamia Otomana (Irak moderno) y el sudeste de la Siria Otomana (Palestina y Jordania), mientras Francia controlaba el resto de la Siria Otomana (Siria moderna, Líbano Alejandreta-Hatay) y otras porciones del sudeste de Turquía (GINER, 2014, p.12)⁹.

Sob o domínio francês, as lealdades sectárias eram incentivadas a prevenir e extinguir as manifestações com viés do nacionalismo árabe. Dessa forma, os franceses dividiram o território do Mandato em vários outros estados, como o Estado de Damasco, Alepo, Monte Alauíta, e o Grande Líbano (COSTA, 2016).

Mapa 2 – Divisão da Síria sobre o mandato francês 1920–1923



Fonte: (CLEVELAND; BUNTON, 2009)

Também eram proibidas as manifestações de oposição contra o domínio francês, dessa forma qualquer ideologia que defendia a descolonização e o fim do controle francês era fortemente represada. Nesse âmbito, as oposições políticas que articulavam em segredo na Síria aumentaram de número, expandindo-se para outras classes sociais além da elite que eram em maior número. O Bloco Nacional que era formado principalmente pela elite síria, proprietária de terra, tentava a libertação do país por negociações e através da não-violência o que não teve

⁹ “Com o fim da Primeira Guerra mundial se instauro o sistema de mandatos da Sociedade das Nações. De acordo com o acordo de Sykes-Picot firmado entre Reino Unido e França, o Reino Unido controlava a maior parte da Mesopotâmia Otomana (Iraque Moderno) e o sudeste da Síria Otomana (Palestina e Jordânia), enquanto a França controlava o resto da Síria Otomana (Síria moderna, Líbano, Alejandreta-Hatay) e outras porções do sudeste da Turquia” (tradução nossa).

resultado. Por outro lado, a juventude nacionalista, formada por jovens estudantes agiam em forma de protestos, greves e boicotes durante os anos 1930 (COSTA, 2016).

Nessa conjuntura de manifestações e grupos contra o domínio francês, é criado o partido Baath em Damasco no ano de 1941, por Michel Aflaq e Salah ad-Din al-Bitar. O partido teve muito sucesso, especialmente nas áreas rurais, com ideais socialistas de reforma agrária que chamavam a atenção dos camponeses (COSTA, 2016).

No entanto, a independência da Síria só viria com a invasão alemã na França em 1940, e também com a ajuda da Grã-Bretanha que endossaram a independência da Síria e da Líbia. O papel da Grã-Bretanha foi o de convencer a França a entregar o controle das forças armadas para o governo da Síria e desocupar o país (COSTA, 2016). Por conseguinte “el mandato francés de Siria terminó en 1943, cuando Siria y Líbano se independizaron, además de Alejandreta-Hatay, que se había unido a Turquía en 1939. Las tropas francesas abandonaron Siria y Líbano definitivamente en 1946” (GINER, 2014, p.12)¹⁰.

Com sua independência, a Síria ergue-se como um estado apenas formalmente. Carente de uma comunidade política unificada e uma heterogeneidade muito grande entre sua população, dividida em estamentos, estava formada de mulçumanos, sunitas em sua maioria, e a minoria mais importante com os xiitas, curdos, cristãos (maronitas e ortodoxos) (GINER, 2014).

Subsequentemente, resultado também da independência, começam a surgir correntes políticas de viés secular e religioso – estas que antes eram fortemente oprimidas pelo mandato francês – essencialmente em virtude da expansão do sistema educacional. Exemplo disso é o nascimento da Irmandade Mulçumana em 1945, inspirada na Irmandade egípcia (COSTA, 2016).

Com toda a instabilidade que havia no país durante as décadas seguintes a sua independência, o Estado Sírio enfrentou uma série de golpes militares:

Em março de 1949, o coronel Ḥusnī az-Za‘īm deu o primeiro golpe militar. Az-Za‘īm dissolveu todos os partidos políticos e implementou uma série de reformas secularistas. [...] em 14 de agosto de 1949, o palácio presidencial foi cercado e az-Za‘īm e seu primeiro ministro foram executados. O coronel Sāmī al-Ḥannāwī tornou-se o novo presidente da Síria, afirmando sua intervenção como forma de livrar o país de um “tirano sanguinário”. [...] em 19 de dezembro de 1949, o exército toma posição

¹⁰ “O mandato francês na Síria terminou em 1943, quando a Síria e o Líbano ficaram independentes, ademais Alejandreta-Hatay, que havia se unido a Turquia em 1939. As tropas francesas abandonaram a Síria e o Líbano definitivamente em 1946” (tradução nossa).

no palácio presidencial, aeroportos e edifícios públicos: Sāmī al-Ḥannāwī é acusado de colaboracionismo com a Grã-Bretanha e deposto. O terceiro golpe militar foi dado pelo coronel 'Adīb aš-Šīsaklī, oficial de origem curda nascido em Ḥāma que cultivava laços de amizade com 'Akram al-Ḥawrānī (COSTA, 2016, p. 27- 28).

Em um período de 10 anos a Síria passou por 20 gabinetes políticos. Em 1944, se iniciou um movimento de integração para a criação de uma Grande Síria, que englobaria o Estados do Líbano, Síria, e os território que agora correspondem a Jordânia e Israel (GINER, 2014). Nesse quesito, entra o importante papel do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, sua imagem ganhou grande destaque no mundo árabe, era visto como herói da causa árabe devido a nacionalização do Canal de Suez em 1956 (COSTA, 2016). Sua influência egípcia dentro da síria resultou na criação da República Árabe Unida em 1958.

[...] gobernada por un comité militar presidido por Nasser. La República Árabe Unida era la unión política entre Egipto y Siria; impulsada principalmente por Nasser. Nasser se había legitimado como líder árabe frente al mundo occidental después de la crisis de Suez de 1956. Este acontecimiento fomentó el nacionalismo árabe en la región y permitió la aprobación de la unión de los dos países. Bajo la República Árabe Unida se disolvieron los partidos políticos y se eliminaron las libertades fundamentales (GINER, 2014, p.13)¹¹.

Em julho de 1961, Nasser tomou várias medidas de nacionalização de empresas e também de reforma agrária na Síria, o que resultou no descontentamento da burguesia que via suas empresas sendo nacionalizadas e seus terrenos sendo apropriados pelo Estado. Uma parte da população sentia que havia uma discriminação dos sírios frente aos egípcios, dando origem a um período de conflito entre o governo e a população, sendo a República Árabe dissolvida em 1961 (GINER, 2014).

Com o fim da República Árabe, o partido Baath, agora reestruturado, viu a oportunidade de tomar o governo. Formado por cristãos e sunitas de mentalidade secular, além de desfrutar de forte suporte da comunidade alauíta, e de integrantes militares pode, em meio a um ambiente politicamente instável, realizar um golpe de estado (COSTA, 2016). O Baath possuía uma ideologia socialista secular, anticolonial e nacionalista pan-árabe o que despertou várias oposições como os partidos nasseristas, e também da Irmandade Muçulmana, todas estas reprimidas de forma violenta (GINER, 2014).

El Baaz forma un comité militar y toma el control del Estado, de la economía y, mediante los medios de comunicación, de la sociedad en general. Se constituye un Consejo Nacional de la Revolución (CNR) bajo la comandancia del general Atassi,

¹¹ “[...] gobernada por un comité militar presidido por Nasser. A República Árabe Unida era a união política entre Egito e Síria, impulsionada principalmente por Nasser. Nasser havia se legitimado como líder árabe frente ao mundo ocidental depois da crise de Suez de 1956. Este acontecimento fomentou o nacionalismo árabe na região e permitiu a aprovação da união dos dois países. Sobre a República Unida foram dissolvidos os partidos e eliminada as liberdades fundamentais” (tradução nossa).

mientras que el jefe del ala derecha del Baaz, Salah al-Din Bitar, forma el nuevo gobierno (GINER, 2014, p.14)¹².

O partido Baath durante os anos de 1963 e 1966 sofreu com alguns conflitos internos graças a rivalidade entre a ala civil e a ala militar do partido. Após 1966 a liderança do governo começou a sofrer mudanças com a disputa do poder entre os dois principais nomes do Comitê Militar: Şalah Jadid e Hafez al-Assad, ambos oficiais alauítas¹ (HALL, 2013).

Born Hafez ibn'Ali Sulayman al-Assad; 6 october 1930 at Qardaha, Latakia province, French Mandate of Syria, into a minority Alawite Family. The first member of the Assad Family to attend high school; joined the Baath Party in 1946 at the age of 16. [...] Homs Military Academy, graduated and was commissioned as a lieutenant in the Syrian Air Force, making him one of the first Alawis to join the air force. He became a combat and aerobatics display pilot. [...] Sent for additional training in the Soviet Union. While stationed in Cairo, he developed a pan-Arab ideology and came to believe that the UAR concentrad too much power in the hands of Gamal Abdel Nasser (HALL, 2013, p.80)¹³.

Com a derrota na Guerra dos Seis Dias (Egito, Síria, Jordânia enfrentando Israel), a Síria perde as Colinas de Golã, o que possibilita Hafez al-Assad responsabilizar Salah Jadid, o colocando em uma posição patriótica, e legitimando seu golpe político que o torna presidente em 1970 (COSTA, 2016).

Durante su mandato se establece en Siria la hegemonía del partido Baaz (socialista, nacionalista árabe y secular) y el Estado policíaco. Para mantenerse en el gobierno, debe limitar el poder de los Hermanos Musulmanes y alejarse de las tesis fundacionales del Baaz (GINER, 2014, p.14)¹⁴.

Após assumir o governo, internamente Hafez dá início a algumas reformas com viés desenvolvimentista e a busca por abertura política e econômica, isso tudo devido as reformas mais radicais do Baath na década anterior. Pois então, era uma forma de se reconciliar com gamas tanto da população quanto do governo. Hafez possuía uma forte preocupação com a modernidade do Estado da Síria e também com a aproximação entre os países árabes (COSTA, 2016).

¹² “O Baath forma um comitê militar e toma o controle do Estado, da economia e os meios de comunicação da sociedade em geral. Constitui-se um Conselho Nacional da Revolução (CNR) sob o comando do general Atassi, enquanto que o chefe da ala direita do Baath, Salah al-Din Bitar, forma o novo governo” (tradução nossa).

¹³ “Nascido Hafez ibn'Ali Sulayman al-Assad; 6 de outubro de 1930 em Qardaha, província de Lataquia, durante o mandato francês da Síria, em uma minoria família alauíta. O primeiro membro da família Assad a frequentar o ensino médio; se juntou ao Partido Baath em 1946 aos 16 anos. [...] Se formou na Academia Militar Homs, e foi comissionado como tenente da Força Aérea da Síria, tornando-se um dos primeiros alauítas a se juntar à força aérea. Ele se tornou um piloto de combate e acrobacias aéreas. [...] Enviado para treinamento adicional na União Soviética. Enquanto operava no Cairo, ele desenvolveu uma ideologia pan-árabe e chegou a acreditar que a República Árabe concentrava muito poder nas mãos de Gamal Abdel Nasser” (tradução nossa).

¹⁴ “Durante seu mandato se estabelece na Síria a hegemonia do partido Baath (socialista, nacionalista, árabe e secular) e o Estado policial. Para manter-se no governo, teve que limitar o poder da Irmandade Muçumana e se distanciar das teorias fundacionais do Baath” (tradução nossa).

Assad attempted to industrialize the country, and it was opened up to foreign markets. He invested in infrastructure, education, medicine, literacy and urban construction. As a result of the discovery of oil, the economy expands. On the other hand, he also drew criticism for repression of his own people, in particular for ordering the Hama massacre of 1982, which has been described as “the single deadliest act by any Arab government against its own people in the modern Middle East” (HALL, 2013, p.100)¹⁵.

Durante os 30 anos que esteve no poder Hafez despertou tanto apoio quanto oposições em seu governo, seu apoio ia além das comunidades minoritárias e seculares, e os resistentes ao seu governo não eram formados apenas de militantes islamistas. A Irmandade mulçumana, já salientada aqui, apoiava as iniciativas do regime de Assad de organizar eleições parlamentares e legislativas nos anos de 1972 e 1973, demonstrando bastante interesse em projetar seus candidatos mais conservadores. Porém, com a elaboração da nova constituição, era retirada a cláusula no qual dizia que o chefe de estado deveria ser mulçumano, provocando um grande desagrado a Irmandade mulçumana (TALHAMY, 2009).

The government of al-Assad initially achieved some popularity for bringing stability to the country, which had experienced dozens of attempted coups since 1948. He also implemented many social reforms and infrastructure projects, such as the Thawra Dam on the Euphrates River. It was built with Soviet assistance, and still supplies much of Syria’s electricity. Public schooling and other reforms were extended to larger segments of the population, and a rise in living standards occurred. The government’s secularism meant that many members of religious minorities, such as the Alawites, Druze, and Christians, supported Assad, fearing a return to historic persecution under a Sunni Islamist successor government to Assad (HALL, 2013, p. 101)¹⁶.

O setor mais jovem da Irmandade Mulçumana enxergava como uma grande ameaça as tentativas de secularização do partido do presidente Hafez al-Assad, e uma certa passividade em relação aos líderes da Irmandade. Esse constante conflito entre o governo e a oposição mulçumana resultou em vários atentados contra alauítas. A crise de 1979-1982 começou com o “massacre da escola de artilharia de Aleppo” em que ao menos 32 cadetes foram assassinados e 54 feridos, sendo a maioria deles alauíta. Além desse atentado, líderes alauíta foram mortos,

¹⁵ “Assad tentou industrializar o país, e foi aberto aos mercados estrangeiros. Ele investiu em infraestrutura, educação, medicina, alfabetização e construção urbana. Como resultado da descoberta do petróleo, a economia expandiu. Por outro lado, ele também criou críticas pela repressão de seu próprio povo, em particular por ordenar o massacre de Hama em 1982, que foi descrito como “o único ato mais mortal de qualquer governo árabe contra seu próprio povo no Oriente Médio moderno” (tradução nossa).

¹⁶ “O governo de al-Assad inicialmente conseguiu alguma popularidade por trazer para estabilidade para o país, que experimentou dezenas de tentativas de golpes desde 1948. Ele também implementou muitas reformas sociais e projetos de infraestrutura, como a Barragem de Tabqa no rio Eufrates. Foi construído com assistência soviética e ainda fornece grande parte da eletricidade da Síria. A escolaridade pública e outras reformas se estendem a segmentos maiores da população e ocorreu um aumento nos padrões de vida. O secularismo do governo significava que muitos membros de minorias religiosas, como os alauítas, os drusos e os cristãos, apoiaram Assad, levando um retorno à perseguição histórica sob um governo sucessor islâmico sunita a Assad” (tradução nossa).

acarretando em divergências entre sunitas e alauítas, que foram oprimidos pelas forças armadas da guarda presidencial, controlado por Rifaat al-Assad, irmão de Hafez (TALHAMY, 2009).

Imediatamente após o massacre da escola de artilharia, o regime entrou em campanha para purgar a Irmandade Muçulmana: Hāfiḍ al-ʿAsad fez diversas declarações que acusavam a Irmandade de ser composta por “traidores, renegados e heréticos”, [...] Os levantes de 1979-1982 foram reprimidos duramente pelo regime de al-ʿAsad. Os confrontos sectários entre as forças armadas e os militantes da Irmandade atingiram seu clímax no início de 1982. [...] A Irmandade não conseguiu desestabilizar o regime, [...] esta foi quase completamente erradicada e seus líderes exilados (COSTA, 2016, p.36-37).

Referente ao campo religioso, Hafez apesar de não manter grandes laços entre política e religião, sendo um governo secular, tentava nutrir uma relação com Irã revolucionário durante os anos 1980. O regime no poder buscava legitimar o pertencimento da comunidade alauíta ao xiismo, que também era de interesse para o governo religioso do Aiatolá. Segundo Bitterlin (1998), é possível interpretar que as elites sírias aprovaram a continuidade do governo de Hafez no referendo de 10 de fevereiro de 1985, em que o único candidato é reeleito com 99,97% dos votos (COSTA, 2016 apud BITTERLIN, 1998). Hafez defendia que como existiam eleições parlamentares e legislativas, então o seu governo era democrático.

Ainda durante o seu governo, Hafez promoveu o progresso em várias áreas da sociedade síria, inclusive nas artes, como a construção de uma ópera em Damasco que seria uma das únicas do Oriente Médio, além da fundação de centros culturais, exposições de artes plásticas e escultura, e incentivos econômicos a jovens artistas e estudantes (COSTA, 2016 apud BITTERLIN, 1998). Junto a isso, a um desenvolvimento do entretenimento televisivo diretamente conectado com o processo de liberalização econômica que vivia o regime nos anos 1980. Em contrapartida, também havia muito financiamento por parte do governo para os artistas, poetas, roteiristas e professores universitários em prol da produção de material para manter o regime (COSTA, 2016).

No final dos anos 1990, mesmo com toda a debilidade de Hafez al-Assad perante sua doença, o regime permanece por duas vias, a da estrutura autoritária presente em todo seu governo, com redes de inteligência e serviços secretos; e o outro seria o culto ao Estado e líder, que estava presente na demonstração de força das autoridades e a falsa liberdade de expressão. O regime de Hafez sobrevive mesmo com sua morte, em 2000, agora com seu filho Bashar al-Assad, que assume o poder com aspirações de uma Síria sem atraso, estagnação, corrupção e autoritarismo; sua palavra chave de propaganda se resumia em “modernização” (COSTA, 2016).

Immediately following al-Assad's death, the Parliament amended the constitution to reduce the mandatory minimum age of the President from 40 to 34, thus making the son, Bashar al-Assad, eligible for nomination by the ruling Ba'ath party. Bashar al-Assad was elected President by referendum in which he ran unopposed¹⁷ (HALL, 2013, p. 102).

3.2 ECLOSÃO DO CONFLITO

Bashar al-Assad era médico e atuava na Inglaterra antes de ter que voltar ao seu país de origem, para exercer o cargo de presidente. Durante os dois primeiros anos de cargo, seu governo foi marcado por fóruns e salões emergenciais para debater problemas políticos e sociais. Esse período de contestação e manifestação da população sobre o regime de Assad ficaria conhecido como Primavera de Damasco; porém o governo não demonstrava nenhum interesse em reformas políticas, apenas reformas legais e econômicas. A Primavera de Damasco somente acabou em agosto de 2001 quando 10 líderes ativistas foram presos, por terem feito campanha por eleições democráticas (HALL, 2013).

A partir de maio de 2002, inicia-se a uma tensão com os EUA, a Síria é listada como um dos países do *axis of evil* (eixo do mal), pelo presidente Bush, e é acusada de adquirir armas de destruição em massa. Em 2003, o governo norte-americano já ameaçava sanções caso Damasco não fizesse as decisões adequadas conforme o posicionamento norte-americano. Enquanto isso, o país negava todas as acusações de desenvolvimento de armas químicas e ajuda aos fugitivos iraquianos. Nessa lógica, as sanções econômicas por parte dos EUA são decretadas em 2004 conforme as tensões internacionais aumentavam na região, e por possíveis acusações do governo Sírio dar suporte ao terrorismo e a militantes no Iraque (HALL, 2013).

Em 2006, a relação entre governo e a Irmandade Muçumana começava a ganhar maior atenção, e suas demandas eram constantemente feitas em prol de novas eleições:

The brotherhood's leader, Ali Sadreddine Baynoui, said the Muslim Brotherhood wants a peaceful change of government in Damascus and the establishment of a civil, democratic state, not Islamic Republic. Syrian government reportedly admits having 30.000 people, giving a fair representation of the Brotherhood's strength. Although its leadership is in exile, the Brotherhood continues to enjoy considerable sympathy among Syrians. Riyad al-Turk, a secular opposition leader, considers it "the most credible" Syrian opposition group. The Brotherhood has continued to advocate a democratic political system; it has abandoned its calls for violent resistance and for the application of Sharia law, as well as for Sunni uprisings against Alawites. The secular opposition are inclined to take this evolution seriously, as a sign of the

¹⁷ "Imediatamente após a morte de Al-Assad, o Parlamento alterou a constituição para reduzir a idade mínima obrigatória do Presidente de 40 para 34, fazendo com que o filho, Bashar al-Assad, fosse elegível para ser nomeado pelo partido Baath. Bashar al-Assad foi eleito presidente por referendo em que ele concorreu sem oposição" (tradução nossa).

brotherhood's greater political maturity, and believe that the Brotherhood would now be willing to participate in a democratic system of government (HALL, 2013, p.95)
18.

Durante o período de 2006 a 2010 o governo de Bashar al-Assad esteve envolvido em vários acontecimentos internacionais e regionais, devido particularmente aos conflitos que aconteciam na região, como no Líbano, Iraque e Israel e a participação dos EUA nesses. Em 2010, os EUA renovam as sanções econômicas contra a Síria, reafirmando que Damasco forneça suporte a grupos terroristas, possui armas de destruição em massa, além de fornecer mísseis ao Hezbollah (HALL, 2013).

O ano de 2011 é então quando de fato as manifestações nacionais na Síria começam com as demandas de reformas políticas:

2011, January 26: Protests in Syria started, influenced by other protests in the Middle East; on the same day, one case of self-immolation was reported. Protesters have been calling for political reforms and the reinstatement of civil rights, as well as an end to the state of emergency which has been in place since 1963 (HALL, 2013, p.101) 19.

Nos princípios de 2011, ainda aparentava que a Síria era um lugar como uma considerável estabilidade em comparação aos outros países do norte da África e Oriente Médio que começavam a realizar suas manifestações no início da Primavera Árabe, como Tunísia, Egito e Iêmen (COSTA, 2016). Apesar dos constantes entraves com os EUA, a imagem de Assad na comunidade internacional era a melhor possível, restaurando laços diplomáticos com o Iraque, com o Líbano, e vínculos com a França desde 2005 (HALL, 2013).

Segundo Costa (2016), o presidente Assad acreditava no contexto de estabilidade da Síria, e que os países que eram palcos das manifestações da Primavera Árabe foram resultados de presidentes ocidentalizados que não escutavam sua população, porém, nas ruas de Damasco era presente a decepção política e social correspondente a uma década de reformas que só pioraram a vida dos cidadãos mais pobres.

18 “O líder da irmandade, Ali Sadreddine Baynoui, disse que a Irmandade Muçulmana quer uma mudança pacífica de governo em Damasco e o estabelecimento de um Estado civil, democrático e não da República Islâmica. O governo sírio admitiu ter 30.000 pessoas, dando uma representação justa da força da Irmandade. Embora a liderança esteja no exílio, a Irmandade continua a ter uma grande simpatia entre os sírios. Riyad al-Turk, um líder secular da oposição, considera "o grupo de oposição sírio mais credível". A Irmandade continuou a defender um sistema político democrático; abandonou os seus apelos à resistência violenta e à aplicação da lei da Sharia, como também para revoltas sunitas contra alaúfas. A oposição secular está inclinada a levar essa evolução a sério, como sinal da maior maturidade política da fraternidade e acredita que a Irmandade agora estará disposta a participar de um sistema de governo democrático” (tradução nossa).

19 “2011, 26 de janeiro: os protestos na Síria começaram, influenciados por outros protestos no Oriente Médio; no mesmo dia, um caso de sacrifício de pessoa foi relatado. Os manifestantes pediram reformas políticas e a reintegração dos direitos civis, bem como o fim do estado de emergência que está em vigor desde 1963” (tradução nossa).

Antes dos acontecimentos que tiveram lugar na cidade de Dar‘ā e que espalharam a revolução pelo país, o intenso fluxo de notícias sobre a Primavera Árabe levou muitos jovens à ação. Inspirados pela queda de Zayn al-‘Ābidīn Bin ‘Alī na Tunísia em 14 de janeiro e pelas marchas no Cairo neste mesmo mês, que culminaram na derrubada de Ḥusnī Mubārak da presidência do Egito em 11 de fevereiro, muitos jovens passaram a se mobilizar para ir às ruas como nunca a oposição política havia conseguido na década de 2000-2010 (COSTA, 2016, p. 92).

Algumas ações inicialmente modestas já existiam antes do acontecimento principal que culminou na insurreição síria de 2011, entretanto, já eram fortemente reprimidas pelo regime. Foi então, com a prisão dos 20 jovens que fizeram símbolos de anti-regime no muro de uma escola em Daraa – cidade rural perto da fronteira com a Jordânia – que os movimentos se iniciaram de forma mais abrangente. Os jovens aprendidos foram detidos pela força de segurança onde permaneceram durante dias, e após serem liberados era visível o sinal de tortura que havia sido cometido contra eles (COSTA, 2016).

Os atos de manifestação que seguem o ocorrido dos jovens, são respondidos de forma violenta pelas autoridades. No dia 18 de março de 2011, quando a população de Daraa sai as ruas pedindo por liberdade ao povo sírio eles são reprimidos por jatos de água e armas de fogo, onde quatro pessoas foram mortas (VIGNAL, 2012).

La violenta represión policial que se abatió sobre estas manifestaciones (arrestos, torturas y disparos con fuego real contra la multitud), antes de que los carros del ejército rodearan la ciudad durante las semanas siguientes, inflamó el país. Desde el viernes 18 de marzo, el llamamiento a un “Viernes de la dignidad” es secundado en la capital, Aleppo (la segunda metrópoli del país, en el norte), en las dos grandes ciudades de Siria central, Homs y Hama, y en la ciudad costera de Banyias. Desde ese momento, día tras día, viernes tras viernes, las manifestaciones se propagan por el país (VIGNAL, 2012, p.02)²⁰.

As manifestações continuaram durante toda a primavera, com cada vez mais pessoas, e resultando sempre em muitas mortes e detenções. Por consequência, a atenção internacional voltou-se sobre a Síria, e tanto os EUA quanto a União Europeia começaram a anunciar possibilidade de sanções econômicas. Em 22 de abril, “flaunting new regulations on protests, tens of thousands take to the streets in Damascus and other towns throughout Syria to protest the Assad regime; 88 people reportedly are killed” (ELLIOT et. al., 2011, p.6)²¹. No dia

²⁰ “A violenta repressão policial contra essas manifestações (prisões, torturas e tiroteio com fogo real contra a multidão), antes que os carros do exército cercassem a cidade durante as semanas seguintes, inflamaram o país. A partir de sexta-feira, 18 de março, o chamado "Sexta-feira da dignidade" é destacado na capital, Aleppo (a segunda metrópole do país, no Norte), nas duas principais cidades da Síria central, Homs e Hama, e na cidade costeira de Baniyas. A partir desse momento, dia após dia, sexta-feira após sexta-feira, as manifestações se propagaram pelo país” (tradução nossa).

²¹ “Exibindo novas regulamentações sobre protestos, dezenas de milhares de pessoas levam as ruas em Damasco e outras cidades em toda a Síria para protestar contra o regime de Assad; 88 pessoas foram mortas” (tradução nossa).

25 de abril, Reino Unido, França, Alemanha e Portugal, pediram ao Conselho da ONU para condenar a violência na Síria e incentivar restrições, junto a investigações independentes sobre o assassinato dos manifestantes.

A violência estatal ganhou outro patamar quando tanques de guerra começaram a ser usados para controlar as manifestações, movimentos esses que ainda não apresentavam nenhum indício de luta armada, apenas manifestantes desarmados (COSTA, 2016). “This is the first time since the uprising began that government forces used tanks to suppress protests. Reports say troops opened fire on the crowd, snipers fired from rooftops, and soldiers entered houses” (ELLIOT et. al., 2011, p.7)²².

Ao final de abril e começo de maio, tanto o Conselho de Direitos da ONU como a União Europeia estavam envolvidas em impor sanções e estabelecer medidas ao regime de Assad. O Conselho de Direitos Humanos aprovou investigações sobre o uso da violência contra civis e a União Europeia, assim como os EUA, impuseram sanções econômicas aos oficiais sêniores do regime, contudo tais sanções não afetavam Assad pessoalmente (ELLIOT et. al., 2011). No final de maio o número de mortos estimados era de 1000 pessoas, mais vários feridos e outros “desaparecidos” (HALL, 2013).

É nesse cenário que, após várias mortes de civis devido a repressão militar de Assad, as manifestações pacíficas viraram uma insurreição armada. Conforme vários manifestantes passaram da defesa para a ofensiva, a insurreição síria se converteu de massacre em confronto armado. Os incidentes sectários entre sunitas e outras comunidades minoritárias aumentaram de número, singularmente devido a tentativa do regime de usar milícias extra-oficiais, muitos deles de origem alauíta (COSTA, 2016). Nesse ínterim, surgem as primeiras ondas de refugiados que em princípio partiam majormente em direção à Turquia, onde muitos eram soldados do regime que iam em confronto as ideias de Assad (LANDIS, 2011).

8 June 2011: The Turkish government reports that over 2,000 Syrian refugees have entered Turkey. Turkish Prime Minister Recep Tayyip Erdogan says Turkey will keep its borders open to Syrians. 17 June 2011: Turkish Foreign Minister Ahmet Davutoglu announces a plan to send “food, clean water and medicine” to Syrians unable to cross the border into Turkey. Days earlier government forces began arresting males older than 16 years of age in towns throughout the northern province of Idlib, which borders Turkey. Minister Davustoglu says “we have taken precautions, and humanitarian aid will be supplied for around 10,000 people who are waiting on the Syrian side of the

²² “Esta é a primeira vez desde que a revolta começou que forças do governo usaram tanques para suprimir protestos. Os relatos dizem que as tropas abriram fogo na multidão, os atiradores dispararam dos telhados e os soldados entraram em casas” (tradução nossa).

border” Roughly 8,900 Syrian refugees are now in Turkey (ELLIOT et. al., 2011, p.10-11)²³.

3.3 ATORES DO CONFLITO

Conforme o conflito na Síria se expandiu nos últimos anos, sua complexidade também aumentou. Devido a escala do conflito e os interesses de diversos Estados na região, a guerra civil síria se internacionalizou. Com isso, para fins de maior entendimento referente aos interesses de cada ator no conflito, esse subtópico ficará encarregado de listar quais são os atores internos, atores regionais e atores extrarregionais²⁴.

Inicialmente, se evidencia a importância do Estado sírio no Sistema Internacional. Localizado na parte oriental do Mediterrâneo, possui fronteira com a Turquia, Iraque, Israel, Jordânia e Líbano, isso exprime um posicionamento estratégico favorável ao país, sendo um foco comercial como a região do Oriente mais próxima do Mediterrâneo. Seu poder militar é de destaque, uma vez que conta com forças armadas numerosas, bem equipadas, além de possuir armas químicas e biológicas e forças paramilitares de grande importância. Em relação a constante intriga regional entre árabes e israelitas, a Síria tem exercido um papel substancial no que tange o processo de integração mediterrânea (POGGI; PÉREZ, 2016).

Junto a esses fatores, também podemos incluir a relação Damasco-Teerã, os dois países, como será detalhado posteriormente, possuem uma relação de aproximação devido a conexão islâmica. Bashar al-Assad pertence a um ramo do xiismo, assim como o Aiatolá da República Islâmica do Irã (POGGI; PÉREZ, 2016).

A pesar que, actualmente, que Irán haya llegado a algunos acuerdos en materia de desnuclearización, para algunos, Siria aún permanecerá teniendo cierta gravitación en el tema relacionado al enriquecimiento de uranio y la nuclearización de Irán, ya que Damasco ha representado, a lo largo de varias décadas, el principal aliado de dicho país islámico, por lo que cualquier atisbo de Teherán de retomar su programa de

²³ “8 de junho de 2011: o governo turco informa que mais de 2.000 refugiados sírios entraram no país. O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, disse que o país manterá suas fronteiras abertas aos sírios. 17 de junho de 2011: O ministro das Relações Exteriores da Turquia, Ahmet Davutoglu, anuncia um plano para enviar "alimentos, água limpa e remédios" para os sírios incapazes de atravessar a fronteira para a Turquia. Dias anteriores, as forças governamentais começaram a prender homens com idade superior a 16 anos em cidades da província do norte de Idlib, que faz fronteira com a Turquia. O ministro Davutoglu diz que "tomamos precauções e uma ajuda humanitária será fornecida para cerca de 10 mil pessoas que aguardam no lado sírio da fronteira". Aproximadamente 8,900 refugiados sírios estão agora na Turquia” (tradução nossa).

²⁴ Devido a constante mudança no quadro de relações na crise síria, é importante lembrar que as análises feitas nesse trabalho sobre os atores do conflito são delimitadas pelos anos de 2011 a 2016.

enriquecimiento nuclear, probablemente tendrá que contar con el apoyo de Damasco (POGGI; PÉREZ, 2016, p.6)²⁵.

Por último, segundo as autoras Poggi e Pérez (2016), o contexto da Síria não envolve somente um elemento regional, mas sim uma questão global, pois coloca em confronto os poderes das Rússia e dos Estados Unidos, com a finalidade de manter a região sobre a sua influência. A Rússia possui sua única base com saída para águas quentes do Mediterrâneo na Síria, enquanto o segundo enxerga na situação uma possibilidade de desestabilizar a presença russa no Oriente Médio.

Evidenciada a importância da Síria, podemos então entrar no tema dos atores envolvidos no conflito sírio. Até o ano de 2016, no que concerne os atores internos, podemos listar o *governo de Assad*; os *rebeldes* formados principalmente pela oposição secular contando com o Exército da Síria Livre; a *frente jihadista*, formados pelo Estado Islâmico (ISIS) e a Frente al-Nusra, afiliada à al-Qaeda; e o *exército curdo*. A força de defesa de Assad é sobretudo formada pelas forças armadas do governo, junto a paramilitares e as milícias do Hezbollah (BBCBRASIL, 2017).

A presença do ISIS, desde o verão de 2014 gerou maior complexidade ao conflito, pois, em um primeiro momento, além de enfrentarem os rebeldes da oposição moderada síria também enfrentavam os jihadistas da Frente al-Nusra. Futuramente, no ano de 2016, é realizado um apoio explícito e implícito a Bashar al-Assad de uma coalisão de 60 países mais EUA, Rússia e Irã em detrimento do ISIS (AGUIRRE, 2015). Em um segundo momento, a Frente al-Nusra declara trégua e forma uma aliança com o ISIS com o objetivo de juntarem forças para abrirem novas frentes de batalha contra combatentes curdos no Norte da Síria (OGLOBO, 2014).

Os atores regionais são formados pelo *Irã, Arábia Saudita, Jordânia, Turquia, Líbano, e Israel*. Desses, somente a Arábia Saudita e o Irã não possuem fronteira com a Síria, contudo são os dois que mais possuem influência no país em nível regional.

Síria se encuentra en el centro de zonas de conflicto y tensión que se disputan el liderazgo regional e, incluso, musulmán entre las dos corrientes principales musulmanas sunita y chiita lideradas por Arabia Saudita e Irán respectivamente. Cabe destacar que el Gobierno de al Assad pertenece a la facción alaui dentro de la corriente

²⁵ “Apesar de que, atualmente, o Irã tenha chegado a alguns acordos em matéria de desnuclearização, para alguns, Síria ainda permanecerá tendo certa gravitação no tema relacionado ao enriquecimento de urânio e à nuclearização do Irã, já que Damasco tem representado, ao longo de várias décadas, o principal aliado do dito país islâmico, pelo que qualquer vislumbre de Teerã para retomar seu programa de enriquecimento nuclear, provavelmente terá que contar com o apoio de Damasco” (tradução nossa).

islâmica chiita, que segue só um aproximado de 10% de sua população síria, a qual é majoritariamente sunita (POGGI; PÉREZ, 2016, p.8)²⁶.

O Irã, país fundamentalmente xiita, está comprometido em respaldar o governo de Assad, e também está envolvido em diversos outros movimentos xiitas que buscam despossar o governo sunitas, como o caso de Barein, e atualmente com alguns grupos no Iêmen. Na região o Irã desempenha um papel de potência, onde projeta sua política externa nacionalista, marcada por sua retórica anti-estadunidense e anti-israelense, orientada na busca de uma posição de liderança em sua zona de influência. Suas rivalidades vão de confronto com os Estados encabeçados pela Arábia Saudita, e seu maior aliado na região é a Síria, dessa forma, é evidente sua participação no conflito sírio (DÁVILA, 2015).

Tanto Irán como Siria han sido aliados desde 1979 y junto a Hezbolá y Hamas han formado el “Eje de la Resistencia”. Irán ha proporcionado a Asad ayuda militar y asesoramiento, adicionalmente, el régimen de Asad es vital para el país persa, en vista que su ayuda a Hezbolá llega a través de Siria. Igualmente, Siria es el campo de batalla que enfrenta a Arabia Saudita e Irán. Por otro lado, Irán sabe que si EEUU amenaza con atacar a Siria ellos harían lo imposible para impedirlo inclusive atacar a Israel (POGGI; PÉREZ, 2016, p.8)²⁷.

A Síria desempenha o papel de interlocutor entre o Irã e o Hezbollah, pois é através desse Estado que as armas iranianas chegam ao Líbano e ao Hezbollah. Os dois países estão fortemente comprometidos, e envolvidos na defesa dos palestinos na região. Caso haja a retirada de Bashar al-Assad do poder, é muito provável que Irmandade Muçumana consiga subir ao governo, grupo formado por muçumanos sunitas e anti-iranianos (POGGI; PÉREZ, 2016).

A Arábia Saudita apesar de possuir uma relação estreita com os EUA, no tocante a temas políticos- comerciais e segurança internacional, apresenta alguns pontos-chaves que fazem os dois criarem um vínculo nos últimos tempos. Em questão de similaridade, os dois dispõem de forte estranhamento com as intenções nucleares do Irã, a luta contra o terrorismo e a manutenção da segurança regional (POGGI; PÉREZ, 2016). O país sunita defende uma mudança de regime na Síria de forma a frear a influência do Irã na região, sendo assim, desde

²⁶ “A Síria está no centro das zonas de conflito e tensão que disputam a liderança regional e, inclusive, muçulmana entre as duas maiores correntes principais muçulmanas sunitas e xiitas liderados pela Arábia Saudita e pelo Irã, respectivamente. Deve-se notar que o governo de al-Assad pertence à facção Alawi dentro da corrente islâmica xiita, que segue apenas cerca de 10% de sua população síria, que é principalmente sunita” (tradução nossa).

²⁷ “Tanto o Irã quanto a Síria tem sido aliados desde 1979 e, juntamente com o Hezbollah e o Hamas, formaram o “Eixo da Resistência”. O Irã forneceu a Assad ajuda militar e conselhos, além disso, o regime de Assad é vital para o país persa, já que a ajuda ao Hezbollah vem pela Síria. Da mesma forma, a Síria é o campo de batalha que enfrenta a Arábia Saudita e o Irã. Por outro lado, o Irã sabe que, se os EUA ameaçam atacar a Síria, eles fariam impossível para impedi-lo inclusive atacar Israel” (tradução nossa).

o princípio do conflito tem ajudado os rebeldes com armas e treinamento, ademais de pedir apoio a aliados (CIDOB, s.d.).

A *Jordânia* oficialmente possui uma posição neutra em relação ao conflito, e defende a resolução diplomática do mesmo, contudo, devido a alguns fatores, talvez seja difícil continuar mantendo seu posicionamento. Em primeiro lugar esteve colocando sanções a Síria na aplicação da resolução da Liga Árabe, juntamente a isso, a Jordânia extraoficialmente tem cooperado com seus aliados, Arábia Saudita e EUA, treinando e ajudando os rebeldes na fronteira com Síria. O efeito dos refugiados também preocupada o governo da Jordânia, o campo de Zaatari é o segundo maior do mundo (CIDOB, s.d.).

A *Turquia* e a Síria têm mantido relações diplomáticas conflituosas nos últimos anos. Assad continuamente tem acusado a Turquia de apoiar a oposição dos rebeldes, e isso somente piorou após o exército sírio ter atacado populações na fronteira turca, resultando em um bombardeio da Turquia na Síria no ano de 2012. Segundo POGGI e PÉREZ (2016), a Turquia tem apresentado um comportamento ambíguo sobre o conflito sírio, pois existem acusações de seu apoio aos grupos jihadistas e ao ISIS, mesmo com a declaração do Estado de combate aos grupos. Enfatiza-se ainda, que o governo turco permitiu que o Exército da Síria Livre e a oposição política operasse desde o seu território (CIDOB, s.d.).

O *Líbano* dentro de seu próprio território lida com uma dicotomia de opiniões no que tange o conflito. Historicamente o Líbano sempre esteve influenciado pela Síria, por consequência, o Estado decidiu não impor sanções ao país dentro da Liga Árabe. Além de possuir uma aliança de apoio ao governo Sírio, também apoia o grupo Hezbollah, esse último que coopera com o regime de Assad de forma política e militar. Por outro lado, grande parte da população sunita libanesa apoia os rebeldes (POGGI; PÉREZ, 2016).

Por último, vale mencionar ainda *Israel*, grande parceiro dos Estados Unidos, que possui conflitos com a Síria desde antes do conflito. “Desde el inicio del conflicto interno sirio en marzo de 2011, Israel ha efectuado tres ataques contra objetivos cerca de Damasco, el 30 de enero y los días 3 y 5 de mayo del 2015” (POGGI; PÉREZ, 2016, p.15).

Classifica-se como atores extrarregionais *EUA, Rússia, China e França*. Os *EUA* têm demonstrado não somente um comportamento no conflito sírio, mas sim, várias formas de agir durante o período de 2011 a 2016. Inicialmente voltou o seu apoio para resoluções de paz respaldadas pela ONU, demonstrando favorecimento a alguns países do ocidente. Também

provia suporte, armamento, e apoio logístico aos rebeldes, através de seus aliados na região (DÁVILA, 2015).

Com o avance do ISIS dentro no conflito, a postura dos EUA foi suavizada com respeito a Assad:

Posteriormente, luego de la aparición del Estado Islámico en escena en toda su plenitud, Washington mostró una cierta proclividad hacia la negociación con Assad para poner fin a la guerra civil en Siria. Sin embargo, luego de iniciar bombardeos con una coalición de países contra el Estado Islámico y ciertos objetivos militares, los cuales no coinciden plenamente con la estrategia desplegada por Moscú, la postura que ha manifestado Washington en las dos últimas reuniones del G-20, es decir Turquía (2015) y Guanzhou (2016) es de una transición política en Siria sin Bashar Al Assad (POGGI; PÉREZ, 2016, p.19)²⁸.

Durante a reunião do G20 em 2015, quando os EUA aparentavam ter pontos em comum com a Rússia no sentido de atacar o ISIS, EUA e seus aliados ocidentais insistiram que retirar Assad do poder era um ponto crucial, enquanto que a Rússia e o Irã consideraram que essa decisão cabia ao próprio Assad (POGGI; PÉREZ, 2016).

A Rússia tem a Síria como um forte aliado no Oriente Médio, e possui grande interesses em preservar sua cooperação comercial e militar para com Barshar al-Assad. Sua aliança com o Estado sírio vem desde o período da Guerra Fria, e atualmente, a importância estratégica para Putin vai muito além da base russa no porto de Tartus. Junto a isso, esta a questão energética que envolve o outro aliado da Rússia, o Irã. Além disso, Moscou teme o fortalecimento de jihadistas sunitas nas proximidades da Rússia (CIDOB, s.d.).

Cabe añadir que, además del interés geoestratégico de Rusia por mantener a Assad en el poder, se identificó el interés ruso en materia de seguridad, en vista que para el Kremlin es de vital importancia mantener un líder fuerte en Siria como Bashar al-Assad, a fin de garantizar el orden interno en ese país y de esa forma disminuir la posibilidad que grupos terroristas sirios se vinculen con grupos extremistas islámicos en el Cáucaso ruso, la región más conflictiva de Rusia (POGGI; PÉREZ, 2016, p.21)²⁹.

²⁸ “Posteriormente, após a aparição do Estado islâmico na cena em toda sua plenitude, Washington mostrou uma certa tendência para negociação com Assad para pôr fim na guerra civil na Síria. No entanto, depois de lançar bombardeos com uma coalizão de países contra o Estado islâmico e certos objetivos militares, no qual não coincidem totalmente em linha com a estratégia implementada por Moscou, a postura que tem manifestado Washington nas duas últimas reuniões do G20, por dizer, Turquia (2015) e Guangzhou (2016) é de uma transição política na Síria sem Bashar al-Assad (tradução nossa).

²⁹ “Cabe dizer que, ademais do interesse geoestratégico da Rússia para manter Assad no poder, se identificou que o interesse russo em matéria de segurança, em vista que para o Kremlin é de vital importância manter um líder forte na Síria como Bashar al-Assad, afim de garantir a ordem interna nesse país e dessa forma a diminuir a possibilidade que grupos terroristas sírios se vinculem com grupos extremistas islâmicos no Cáucaso russo, a região mais conflitiva da Rússia” (tradução nossa).

Segundo Poggi e Pérez (2016), a Rússia tem tido uma posição bem definida desde o princípio do conflito até a atualidade, que em suma, gira em torno das partes chegarem a um acordo por si mesmas sem ingerência de potências externas, pois a Síria deve manter sua integridade e soberania. Concomitantemente, a Rússia faz da situação uma forma de se destacar novamente no Sistema Internacional como uma potência com poder de manter seus interesses em nível regional e global.

A *China* e *França*, podem ser classificados como dois atores não tão influentes no contexto sírio, porém fazem se notar devido sua posição dentro do contexto de dicotomia. A China tem expressado apoio a Rússia devido seu estreitamento de relações com o país nos últimos anos, além disso, possui atração pela região do Golfo Pérsico e Mediterrâneo, sendo a Síria um sócio estratégico na região (DÁVILA, 2015). Ainda assim, a China não enxerga uma possibilidade de uma operação militar. A França, por outro lado, defende a coalizão internacional dos Estados Unidos, e é um dos principais atores europeus em oposição ao ISIS (POGGI; PÉREZ, 2016).

4 A ATUAÇÃO DA ONU NA SÍRIA (2011-2016)

Desenvolvido os dois capítulos anteriores, sobre o histórico da ONU, seus órgãos institucionais e a abordagem teórica, seguido do capítulo referente a história nacional que antecede o conflito sírio, junto aos seus principais atores tanto internos quanto externos. Podemos então, explorar quais as políticas desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas e os respectivos papéis que representam na busca de solução da crise da Síria.

O seguinte capítulo irá fazer uma análise das informações disponibilizadas pela ONU e outro meios, dentro disso, averiguando as resoluções da Assembleia geral, do Conselho de Direitos Humanos, as Conversações de paz e resoluções do CSNU, e por último dando enfoque no ACNUR. Com o fim de que se possa chegar a uma possível resposta sobre a relevância da participação dessa organização dentro da crise síria.

4.1 RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Antes mesmo de iniciar a adentrar na atuação da ONU, vale salientar a primeira intermediação realizada na crise da Síria. Antes da ONU começar a exercer alguma presença no conflito, os primeiros esforços foram realizados pela Liga Árabe, a principal organização internacional governamental do Oriente Médio. Geralmente, a Liga Árabe não possui políticas de intervencionistas, e considerava o conflito como uma questão de assuntos domésticos. Entretanto, como a violência continuou escalando, a Liga Árabe decidiu intervir e mandar seu Secretário Geral para possíveis mediações com o governo de Bashar al-Assad durante o outono de 2011 a começo de 2012 (LUNDGREN, 2016).

A mediação da Liga Árabe estava baseada em um *Arab Action Plan*, que consistia no cessamento de violência, retirada de equipamento militar, e o início de um diálogo nacional. Inicialmente, o governo sírio aceitou a iniciativa, porém com grande anseio pois considerava que a intercessão da Liga Árabe poderia ser uma forma da Arábia Saudita e do Qatar retirarem o regime de Assad. A ideia de Assad, entretanto, era ganhar tempo e asfixiar as manifestações de forma a não ser necessária as resoluções; nesse meio tempo a Síria recebeu sanções da Liga e também a suspensão do Estado como membro do organismo (LUNDGREN, 2016).

On 22 January 2012, Qatar and Saudi Arabia withdrew their support, pushing the League to adopt a tougher position, explicitly calling for the departure of al-Assad and the formation of a government of national unity. Criticized and seemingly ineffective,

the observer mission suspended its activities on 28 January, while the ball was passed to the UN (LUNDGREN, 2016, p.3)³⁰.

Desde então, a presença da ONU no conflito se começa a notar realmente no início de 2012, com negociações através do Conselho de Segurança, que iriam levar a nomeação, pelo Secretário Geral Ban Ki-moon, do primeiro mediador da ONU na Síria, Kofi Annan (LUNDGREN, 2016). Contudo, antes disso, que será trabalhado no próximo subtópico, iremos aqui relacionar algumas declarações, resoluções, relatórios, realizadas em confronto com os acontecimentos da crise síria.

No que concerne à Assembleia Geral, serão aqui discutidas oito resoluções que foram elaboradas de 2011 a 2016 em resposta a crise síria em prol de demonstrar a posição do órgão e como foi mudando conforme o decorrer do conflito; lembrando a forma que a Assembleia Geral atua e manifesta seus objetivos, explicado no capítulo II.

Em 19 de Dezembro de 2011, através da resolução 66/176, foi realizado a primeira manifestação da ONU sobre a Síria. Nessa resolução, voltada principalmente aos direitos humanos na Síria, a Assembleia Geral recorda da resolução S-16/1 do Conselho dos Direitos Humanos, de 29 de abril de 2011, acentua também a resolução S-17/1 do Conselho dos Direitos Humanos de 23 de agosto de 2011, que estabeleceu uma comissão internacional independente para investigar todas as supostas violações de direitos humanos desde março de 2011 na República Árabe da Síria, lamentando a falta de cooperação das autoridades sírias com o Conselho (GENERAL ASSEMBLY, 2011).

Junto a isso, parabenizava todos os esforços realizados pela Liga Árabe; demonstra apreensão com a contínua falta de comprometimento das autoridades sírias; manifesta grande preocupação com a violação dos direitos humanos, e violência por parte das autoridades sírias; reafirma que todos Estados Membros devem abster-se em suas relações internacionais de ameaças ou o uso da força contra a integridade territorial do Estado (GENERAL ASSEMBLY, 2011). E por último, convoca as autoridades sírias e o Secretário Geral para:

2. Calls upon the Syrian authorities to immediately put an end to all human rights violations, to protect their population and to fully comply with their obligations under international human rights law, and calls for an immediate end to all violence in the Syrian Arab Republic; 3. Also calls upon the Syrian authorities to implement the Plan of Action of the League of Arab States in its entirety without further delay; 4. Invites the Secretary-General, in accordance with his functions, to provide support, if

³⁰ “Em 22 de janeiro de 2012, o Qatar e a Arábia Saudita retiraram seu apoio, levando a Liga a adotar uma posição mais dura, solicitando explicitamente a partida de Al-Assad e a formação de um governo de unidade nacional. Criticado e aparentemente ineficaz, a missão de observação suspendeu suas atividades em 28 de janeiro, enquanto a bola foi passada para a ONU” (tradução nossa).

requested, to the League of Arab States observer mission in the Syrian Arab Republic. 5. Calls upon the Syrian authorities to comply with Human Rights Council resolutions S-16/1 and S-17/1, including by cooperating fully and effectively with the independent international commission of inquiry (GENERAL ASSEMBLY, 2011, p.2)³¹.

A resolução de 16 de fevereiro de 2012 da Assembleia Geral, 66/253, assim como a anterior, foi realizada em condenação a violência na Síria, aos direitos humanos da população síria, e convocando o governo de Bashar Al-Assad para que colocasse um fim aos ataques a civis. Além disso, em seu sexto ponto, faz algumas demandas ao governo sírio, como o cessar todo tipo de violência, e proteger a população; liberar as pessoas detidas nos acontecimentos recentes; retirar militares sírios das cidades; garantir a liberdade de manifestação pacífica (GENERAL ASSEMBLY, 2012).

Seis meses após a resolução 66/253, em agosto de 2012, a Assembleia Geral voltou a produzir uma nova resolução, 66/253 B. Devido ao escalamento dos conflitos, da violação dos direitos humanos, e o contínuo uso de armas pesadas pelas autoridades sírias contra a população, a Assembleia voltou a expressar grande aflição, e agora também com a ameaça do uso de armas químicas ou biológicas por parte do governo sírio (GENERAL ASSEMBLY, 2012a).

A resolução 66/253B trabalha, como a sua anterior, com preocupações; recordações; reafirmações; condenações; demandas; e encorajamentos, no entanto, de modo mais vultosa sobre seus pontos. Dentro disso, além de lamentar o fracasso do CS em atuar na Síria, destaca-se os tópicos: *prestação de contas, situação humanitária, transição política*, esse último relacionado a convocação de uma transição política dirigida pelo Estado para um sistema político democrático e pluralista (GENERAL ASSEMBLY, 2012a).

Em maio de 2013, na resolução 67/262, a Assembleia Geral neste momento começava a demonstrar um temor muito maior, em consequência da contínua, generalizada, e sistemática violações e abusos de direito humano. Expressando indignação com os números de mortos que chegavam a no mínimo 70.000, como reportado pela Comissão de Direitos Humanos em fevereiro de 2013. Demonstrou expressa inquietude com as graves violações contra crianças,

³¹ “2. Convoca as autoridades sírias a pôr imediatamente um fim a todas as violações dos direitos humanos, a protegerem sua população e a cumprirem plenamente as obrigações que lhes incumbem por força da lei internacional dos direitos humanos e chamar pelo fim imediato de toda violência na República Árabe da Síria; 3. Também convoca as autoridades sírias a implementar o Plano de Ação da Liga dos Estados Árabes na sua totalidade sem mais demoras; 4. Convida o Secretário-Geral, em conformidade com as suas funções, a prestar apoio, se solicitado, à missão de observação da Liga Árabe na República Árabe. 5. Solicita às autoridades sírias que cumpram as resoluções S-16/1 e S-17/1, do Conselho dos Direitos Humanos, inclusive cooperando de forma plena e efetiva com a comissão internacional independente do inquérito” (tradução nossa).

com a situação vulnerável das mulheres, muitas abusadas de forma sexual e psicológica (GENERAL ASSEMBLY, 2013).

Bem como, realiza duras críticas sobre a falha das autoridades sírias em libertar as pessoas detidas arbitrariamente; a deterioração da situação humanitária; o uso de armas pesadas, como tanques, aeronaves, mísseis balísticos, por parte das autoridades do governo sírio, mas não só eles, e sim toda violência cometida por ambos os lados. A questão dos refugiados neste instante era de grande destaque, atingindo mais de 1 milhão de refugiados nesse período. Por último, reafirma que as presenças de outros Estados devem se privar de qualquer ameaça ou uso da força contra a integridade territorial da Síria, junto a possibilidade de uma transição política, como a melhor solução para resolver a situação na Síria (GENERAL ASSEMBLY, 2013).

Ainda no mesmo ano, na nova resolução 68/182, mais uma vez a Assembleia Geral faz duras críticas ao uso de violência por parte do governo sírio. O contínuo uso de armas de fogo já tinha gerado 100 mil mortos, o que foi piorado com o uso de armas químicas. A resolução condena fortemente o uso de armas químicas em larga escala, especialmente o caso de Ghouta na área de Damasco, no dia 21 de agosto de 2013, onde ficou estabelecido, pela Liga Árabe, que o governo sírio era totalmente responsável pelos ataques químicos contra a população civil síria (GENERAL ASSEMBLY, 2013a).

O número de refugiado prontamente alcançava 2.2 milhões, sendo 1 milhão de crianças, no qual buscavam refúgio nos países vizinhos. Essa conjuntura foi expressamente apreciada pela Assembleia Geral, pelos significativos esforços realizados por países vizinhos e outros da região – Líbano, Jordânia, Turquia, Iraque, Egito, Líbia – em acomodar os refugiados sírios, mesmo sabendo dos impactos políticos, e socioeconômicos que isso poderiam trazer. Ao decorrer de 2013, com a intervenção de forças armadas do Hezbollah em defesa do governo de Bashar al-Assad, a resolução também se manifestou condenando tal tipo de ação (GENERAL ASSEMBLY, 2013a).

Não menos importante, a resolução no tocante a ajuda humanitária:

Stresses that the magnitude of the humanitarian tragedy caused by the conflict in the Syrian Arab Republic requires immediate action to facilitate the safe and unimpeded delivery of humanitarian assistance throughout the entire country, in particular in areas and districts where humanitarian needs are especially urgent, condemns all cases of arbitrary denial of humanitarian access, and recalls that depriving civilians of objects indispensable to their survival, including wilfully impeding relief supply and

access, can constitute a violation of international humanitarian law (GENERAL ASSEMBLY, 2013a, p.5)³².

No ano de 2015, a resolução 70/L.47 manteve grande parte do discurso da Assembleia Geral de outros anos, com todas as indignações – com o número de mortos, 250 mil mortos, sendo mais de 10 mil crianças – preocupações, condenações e demandas, mas também alguns novos tópicos que eram referentes as mudanças que vinham sucedendo no conflito nos últimos tempos. O temor com grupos terroristas –ISIS e Frente al-Nusra – aumentou, gerando condenações vigorosas por abuso de mulheres e crianças, exploração sexual, escravização, recrutamento forçado, uso e abdução de crianças (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

Também condenou todos os ataques contra a oposição síria moderada, e pediu pela cessação imediata, pois essas ações são benéficas para grupos terroristas como o ISIS e a Frente al-Nusra. Simultaneamente, o número de vítimas aumentava com os diversos fronts que se formavam pelo país, por isso a Assembleia Geral solicita em sua resolução que todos os membros da comunidade internacional, incluindo os doadores, para cumprir suas promessas anteriores e continuar a fornecer suporte a ONU, e sobretudo as agências especializadas e a outras organizações humanitárias. E como de praxe, a resolução termina com a reafirmação do comprometimento em encontrar uma solução política para a crise da Síria (GENERAL ASSEMBLY, 2015).

Durante o ano de 2016 temos duas resoluções elaboradas, a primeira em 9 de dezembro, 71/L.39, e a segunda em 21 do mesmo mês, 71/L.48. A resolução 71/L.39 expressou alarmante preocupação com a falha de implementação das resoluções do CS e da Assembleia Geral, e com o contínuo desrespeito pelos direitos humanos. A Assembleia Geral demonstrou grande aflição com as 13.5 milhões de pessoas em necessidade de ajuda humanitária, 974 mil pessoas presas em áreas sitiadas, e 3.9 milhões em áreas de difícil acesso. Conjuntamente, o receio a presença de grupos terroristas, e disseminação do extremismo violento, continuou sendo matéria de debate (GENERAL ASSEMBLY, 2016).

³² “Salienta que a magnitude da tragédia humanitária causada pelo conflito na República Árabe da Síria requer medidas imediatas para facilitar a entrega segura e sem entraves de assistência humanitária em todo o país, em particular em áreas e distritos onde as necessidades humanitárias são especialmente urgentes, condena todos os casos de negação arbitrária de acesso humanitário, e lembra que privar os civis de objetos indispensáveis à sua sobrevivência, inclusive impedindo deliberadamente o fornecimento e acesso, podem constituir uma violação do direito internacional humanitário” (tradução nossa).

Devido aos problemas na nova rodada de negociações, Genebra III no começo de janeiro de 2016, essencialmente tendo em consideração quem deveria ser permitido representar a oposição síria (LUND, 2016), a Assembleia Geral se manifestou:

Reaffirms its support for a credible, inclusive and non-sectarian Syrian-led political process, involving women and civil society, facilitated by the United Nations, requests the Secretary-General, through his good offices and the efforts of his Special Envoy for Syria, to resume the formal negotiations between representatives of the Syrian authorities and the opposition under the auspices of the United Nations, based on the Geneva communiqué of 30 June 2012 and relevant Security Council resolutions, with a view to a lasting political settlement of the crisis, as soon as possible, and urges the representatives of the Syrian authorities and the opposition to engage in good faith in these negotiations; (GENERAL ASSEMBLY, 2016, p.5)³³.

Na resolução do fim de 2016, da Assembleia Geral, 71/L.48, é estabelecido o Mecanismo Internacional, Imparcial e Independente, com o apoio da ACNUDH, para auxiliar na investigação e perseguição dos responsáveis pelos crimes mais graves de direito internacional cometidos na Síria desde março de 2011 debate (GENERAL ASSEMBLY, 2016a).

Decides to establish the International, Impartial and Independent Mechanism to Assist in the Investigation and Prosecution of Those Responsible for the Most Serious Crimes under International Law Committed in the Syrian Arab Republic since March 2011 under the auspices of the United Nations to closely cooperate with the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic to collect, consolidate, preserve and analyse evidence of violations of international humanitarian law and human rights violations and abuses and to prepare files in order to facilitate and expedite fair and independent criminal proceedings, in accordance with international law standards, in national, regional or international courts or tribunals that have or may in the future have jurisdiction over these crimes, in accordance with international law (GENERAL ASSEMBLY, 2016, p.5)³⁴.

Com relação ao Conselho de Direitos Humanos, órgão subsidiário da Assembleia Geral, sua assiduidade e comprometimento tem sido bastante expressivo desde o ano de 2011. Já em abril de 2011, o Conselho emitiu uma resolução requisitando uma missão de investigação na

³³ “Reafirma o seu apoio a um processo político credível, inclusivo e não sectário, liderado pelos sírios, envolvendo mulheres e a sociedade civil, facilitado pela ONU; solicita ao Secretário-Geral, por meio de seus bons ofícios e dos esforços de seu Enviado Especial para a Síria, que retome as negociações formais entre representantes das autoridades sírias e a oposição sob os auspícios da ONU, com base no comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012, e as resoluções relevantes do Conselho de Segurança, com vista a uma solução política duradoura da crise, o mais rápido possível, e instiga os representantes das autoridades sírias e a oposição a se comprometerem de boa-fé nessas negociações” (tradução nossa).

³⁴ “Decide estabelecer o Mecanismo Internacional, Imparcial e Independente para auxiliar na investigação e perseguição dos responsáveis pelos crimes mais graves sob o direito internacional cometido na República Árabe da Síria desde março de 2011 sob os auspícios das Nações Unidas para cooperar estreitamente com a Comissão Independente Internacional de Inquérito sobre a República Árabe da Síria para coletar, consolidar, preservar e analisar evidências de violações do direito internacional humanitário e violações e abusos de direitos humanos e preparar arquivos para facilitar e agilizar processos judiciais justos e independentes, de acordo com as normas internacionais, em corte nacional, regional ou internacional, ou tribunais que tenham ou possam, no futuro, ter jurisdição sobre esses crimes, de acordo com o direito internacional” (tradução nossa).

Síria, objetivando resultados para junho e relatórios em setembro (CSR, 2017). No ano de 2012, em agosto, o Relatório da comissão internacional independente de inquérito sobre a República Árabe da Síria, de 102 páginas, relata a matança ilegal, as detenções arbitrárias, desaparecimento de civis, tortura, ataques indiscriminados, violência sexual, violação do direito infantil, entre outros. Nesse relatório, é definido também tanto o que é de responsabilidade do governo, quanto dos grupos anti-governo (HUMAN RIGHT COUNCIL, 2012).

Em setembro de 2013, outro relatório foi elaborado pela Comissão de Inquérito para a Comissão de Direitos Humanos, dessa vez em relação aos assaltos à assistência Médica na Síria.

The deliberate targeting of hospitals, medical personnel and transports, the denial of access to medical care, and ill-treatment of the sick and wounded, has been one of the most alarming features of the Syrian conflict. According to multiple accounts collected by the Commission of Inquiry, Government forces and affiliated militias interfere with and instrumentalise medical care to further strategic and military aims. Evidence collected by the Commission leads to an overwhelming conclusion: Government forces deny medical care to those from opposition-controlled and affiliated areas as a matter of policy (HUMAN RIGHT COUNCIL, 2013, p.2)³⁵.

Ao atingir o ano de 2014, a Comissão de inquérito da Síria já havia produzido oito relatórios sobre as condições de violação dos direitos humanos no território. O oitavo relatório, A/HRC/27/60, dividido em cinco partes, tem como tópicos: desafios; dinâmica de conflito por parte das forças governamentais, e grupos armados não estatais; Violações no tratamento de civis e combatentes; violações relativas à conduta com a oposição; uso de armas ilegais; entre outros. Em conclusão, o relatório entende que conforme a luta atingiu proporções regionais, e a luta consumiu áreas civis, a menor possibilidade de uma vida normal na região foi destruída, sendo o impacto muito maior para crianças e mulheres (HUMAN RIGHT COUNCIL, 2014).

Assim, como já demonstrado nas resoluções da Assembleia Geral, as recomendações da Comissão de Direitos Humanos, sugere que todos os grupos respeitem os direitos humanos, e a lei humanitária internacional; implemente as resoluções do CS; que seja feita justiça com aqueles responsáveis por atentado os direitos humanos; cessar fogo por parte do governo sírio; e também sugere medidas para os grupos não estatais, e para a comunidade internacional, como embargos de armas para conter sua proliferação (HUMAN RIGHT COUNCIL, 2014).

³⁵ “A marcação deliberada de hospitais, médicos e transportes, a negação de acesso a cuidados médicos e maus-tratos aos doentes e aos feridos, tem sido uma das características mais alarmantes do conflito sírio. De acordo com múltiplas contas coletadas pela Comissão de Inquérito, as forças governamentais e as milícias afiliadas interferem e instrumentalizam os cuidados médicos para alcançar objetivos estratégicos e militares. As evidências recolhidas pela Comissão conduzem a uma conclusão esmagadora: as forças governamentais negam os cuidados médicos a pessoas de áreas controladas e afiliadas à oposição como uma questão de política” (tradução nossa).

As investigações da Comissão de inquéritos da Síria continuaram pelos dois anos seguintes, 2015 e 2016, chegando a 12 relatórios ao final de 2016 (CSR, 2017). Além disso, existe uma grande quantidade de resoluções aprovadas – relevando que em sua maioria são votadas contra pela Rússia, China, e Venezuela – condenando vigorosamente as ações dos partidos dentro do conflito sírio, e prescrevendo providências a serem tomadas por cada parte envolvida na crise.

4.2 CONVERSACÕES DE PAZ E RESOLUÇÕES DO CSNU

No que tange as quatro conversações de paz, sendo três delas consideradas como principais – Genebra I, Genebra II e Genebra III – e outra rodada de negociações em Veneza que antecederam a Genebra III, pode-se dizer, de feição simplificado, que foram sempre centradas em tópicos como o cessar fogo, governo de transição, negociações e possíveis eleições.

Em fevereiro de 2012, sob condições de extrema dificuldade em um contexto onde o conflito não parecia estar apto para negociações, Kofi Annan – antigo secretário-geral da ONU – foi designado, pelo secretário-geral Ban Ki-moon, para desempenhar o papel de emissário da ONU na crise síria. O regime do presidente Bashar al-Assad estava disposto a fazer o que fosse necessário para se manter no poder, não importando o custo para o país, enquanto que a oposição se comprometia ao mesmo nível. Dessa forma, Kofi Annan aceitou o cargo esperando que, caso não fosse possível um sucesso, pelo menos evitasse que a situação se deteriorasse ainda mais (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016).

A primeira abordagem de Kofi Annan era reduzir a violência, e dessa forma propôs, em março de 2012, um plano de seis pontos “*Six-Point Proposal*” (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016). O plano de seis pontos formulado, e depois anexado a resolução S/RES/2042, se resumia em: 1) comprometer-se a trabalhar com o grupo especial de interlocutores enviados para Síria, em um processo político inclusivo liderado pela Síria para debater sobre as aspirações do povo sírio; 2) todos os grupos comprometerem-se a parar o conflito e estabilizar o país; 3) assegurar assistência humanitária a todas as áreas afetadas; 4) intensificar o ritmo e a escala de libertação de pessoas arbitrariamente detidas; 5) endossar a liberdade de movimento pelo país para jornalistas; 6) respeitar a liberdade de associação e de demonstrações pacíficas (SECURITY COUNCIL, 2012).

Com a falta de comprometimento de ambas as partes, governo e grupos anti-governo, no cessar fogo, e de maneira a pressionar o governo sírio, Annan convocou, em junho de 2012, a primeira rodada de negociações pela paz, Genebra I, liderada pela ONU com apoio dos membros permanentes do Conselho de Segurança – Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China – excluindo o governo sírio e seu aliado Irã. Nesse momento já se visava preminentemente por uma transição política com mútuo respeito do governo e da oposição. O Comunicado de Genebra acabou por não ser implementado, e de fato nem foi adotado pelo CS pelo período de um ano (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016).

O veto da Rússia e da China na resolução foi o limite para Annan, que abandonou o cargo em agosto de 2012. O fracasso de Genebra I, de acordo com Annan, estava singularmente no fato de o governo sírio se recusar a implementação do Plano de 6 Pontos, no aumento da campanha militar dos opositores, e na falta de harmonia no CS (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016). O Comunicado de Genebra I, defendia um governo transitório que poderia incluir membros do governo de Bashar al-Assad e da oposição, porém, segundo a Secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton, o governo transitório não poderia incluir Bashar al-Assad, o que foi instantaneamente contradito pela Rússia (SMITH, 2016).

Hinnebusch e Zartman (2016), também ressaltam outros motivos, como insuficientes incentivos ao regime; limites de divulgação do regime; falta de estratégia para abordar a intolerância da oposição; ausência de pressão sob as potências regionais com fim do financiamento de armas a oposição; excesso de confiança da influência russa; objetivos diferentes dos Estados Unidos e da Rússia. Groarke (2016) frisa que o documento de Genebra I, falhava em determinar quem eram as partes que deveriam ser englobadas no futuro governo de transição, visto que não existe somente um movimento de oposição sírio, e sim, vários com diferentes causas.

Com a saída de Annan, o argelino Lakhdar Brahimi torna-se o novo enviado especial para Síria em agosto de 2012. Brahimi possui uma longa carreira na ONU e já esteve comprometido como representativo especial no Afeganistão e no Iraque, ademais de ter feito parte das negociações de Taif, no conflito do Líbano. Ao contrário de seu antecessor, que quase obteve contato com os principais envolvidos no conflito sírio, Brahimi trabalhou com uma estratégia de círculos para alcançar todas as partes implicadas (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016).

Brahimi iniciou sua estratégia realizando contato com as partes conflitantes dentro do território sírio, isso quer dizer, estabeleceu comunicação com Assad, com os civis sírios, grupos armados de oposição, com a Coalisão Nacional no exilo, entre outros. O segundo círculo estratégico envolvia lidar com as potências regionais, onde passou significativa parte de seu mandato dialogando com Arábia Saudita, Qatar e Turquia. Também se virou ao Irã, pois acreditava que esse possuía mais influência sob Bashar al-Assad do que a Rússia. Por último, o círculo maior de sua estratégia envolvia as potências internacionais, em especial os Estados Unidos e Rússia (GROARKE, 2016).

Sendo assim, Genebra II traz pela primeira vez o regime e a oposição para o diálogo. Realizada durante janeiro e fevereiro de 2014, bem como sua antecessora, contava com poucas expectativas, e terminou com seu insucesso e sem avanço. O governo sírio se recusou a discutir as demandas da oposição, se preocupando somente com seus interesses. Brahimi durante todo o período como enviado especial da ONU logrou pouco progresso (SMITH, 2016).

Geneva II failed, Brahimi concluded, because the conflict was not ripe for resolution, and he had no leverage to make it so. It did, however, provide an occasion for him to repeat his message: the conflict was devastating, it had no military solution, and the political solution was indicated by the Geneva Communiqué. According to Brahimi, since none of the Syrian parties really believed that there was no military solution, it was a mistake to go to Geneva II (HINNEBUSCH; ZARTMAN, 2016, p.17)³⁶.

Com o fracasso de Brahimi, Ban Ki-moon encarrega a função de enviado especial das Nações Unidas para Síria ao italiano diplomata de carreira, “otimista crônico” e com uma carreira de quase quatro décadas nas Nações Unidas, Staffan de Mistura (MEIRELES, 2016). Nesse mesmo ano, 2015, a Rússia faz ataques aéreos na Síria, alegando que seus alvos fariam parte do Estado Islâmico, o que levou a desconfiança por parte dos EUA, pois no mesmo período a conjuntura do conflito sírio se demonstrava desfavorável para Assad. Posteriormente, isso levaria ao encontro do secretário de Estado dos EUA, John Kerry, e o ministro de exteriores russo, Sergei Lavrov, onde definiram que as próximas conversações de paz sobre a Síria envolveriam todas as partes envolvidas, ou seja, finalmente o Irã faria parte das reuniões (MOHAMMED; MURPHY, 2015).

Em consequência, a primeira rodada de negociações sediada em Viena, 30 de outro de 2015, tendo como participante Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, Irã e Turquia – como

³⁶ “Genebra II falhou, concluiu Brahimi, porque o conflito não estava maduro para a resolução, e ele não teve nenhuma alavanca para fazê-lo assim. No entanto, ofereceu uma ocasião para ele repetir sua mensagem: o conflito foi devastador, não teve solução militar, e a solução política foi indicada pelo Comunicado de Genebra. Segundo Brahimi, uma vez que nenhum dos partidos sírios realmente acreditava que não havia solução sem ser a militar, foi um erro ir a Genebra II” (tradução nossa).

já dito, países com posições opostas – e também França, Reino Unido, Alemanha, Itália, China, Egito, Omã, Qatar, Jordânia, Líbano, Iraque, Emirados Árabes Unidos, e representantes da União Europeia e da ONU, inclusive com a presença de Ban Ki-moon, no entanto, sem a presença de Assad, nem dos grupos de oposição (MOHAMMED; MURPHY, 2015).

Ao fim das reuniões realizadas no dia 30, os países chegaram ao acordo de que a resolução do conflito sírio deveria ser diplomática, respeitando o povo e a integridade da Síria, e que o Estado Islâmico devia ser combatido. A ONU foi convidada a mediar conversas entre o governo e a oposição síria como forma de garantir o êxito de um plano de transição política, mas não houve definição sobre quais grupos da oposição seriam convidados. Assim, ficou estabelecido que os países participantes reunir-se-iam novamente dentro de duas semanas para resolver pontos conflitantes e construir um acordo conjunto (ROCHA et al., 2016, p.40).

Na segunda reunião de Veneza, duas semanas após, os Estados chegaram à conclusão que iriam se comprometer a respaldar um processo de transição política com o mesmo viés do *Communiqué* de Geneva de 2012. Também foi estabelecido sobre as novas conversações de paz que aconteceriam no começo de 2016, agora com a presença do governo sírio e dos grupos de oposição. Esse plano foi formalizado com a resolução do CS, S/RES/2254, adotado em dezembro de 2015, e forneceu a visão estratégica que sustentou o trabalho da ONU desde o início de 2016 (LUNDGREN, 2016). Cabe ainda aqui, mencionar que não ficou delimitado quais seriam os grupos de oposição do governo sírio, que fariam parte das futuras negociações, ficando Mistura encarregado de organizá-los em somente algum grupo (ROCHA et al., 2016).

A estratégia inicial de Mistura foi enfatizar a busca por cessar-fogo de forma abrangente, e também facilitar tréguas limitadas em diferentes lugares em todo o país, como o caso de Aleppo – maior cidade do país – no qual Mistura tentou realizar um congelamento do conflito, que resultou em fracasso. Por outro lado, o ano de 2015 por diversos motivos, como a já mencionada consolidação do ISIS no confronto, fazendo a luta contra o terrorismo a prioridade para muitas potências, e a exaustão do conflito, demonstrou que os grupos estavam mais aptos a possíveis negociações (LUNDGREN, 2016).

As negociações de paz, conhecidas por Genebra III começaram em 1 de fevereiro de 2016, um mês após a data anteriormente estipulada, e isso se deu principalmente graças à disputa de quem deveria ser permitido representar a oposição síria. Mediadas pela ONU, as reuniões visavam estabelecer um novo cessar-fogo, um governo provisório antes de realizar novas eleições e a luta contra o ISIS e seus aliados. As reuniões foram formadas pelos mesmos participantes das reuniões de Veneza, mais o acréscimo do governo sírio e do Alto Comitê de

negociações (HNC), uma coligação formada por 34 grupos contra o governo de Assad, sendo que um terço desses formados por facções armadas (LUND, 2016).

Com respeito ao HNC, seu arranjo foi motivo de discussão entre as partes envolvidas, de um lado, Arábia Saudita, Turquia, EUA e restantes países europeus consideram os membros do HNC representativos da oposição anti-governo sírio, ao mesmo tempo que a Rússia, o Irã e Assad os classifica como radicais ou terroristas. Ainda que não houvesse um entendimento, ambos decidiram excluir representantes dos curdos, da Frente al-Nusra, e ISIS (ZRAIK, 2016).

As reuniões de Genebra III duraram até abril de 2016, e foram separadas por três etapas. Um acordo de cessar-fogo foi estabelecido à parte, na 52ª Conferência Anual de Segurança de Munique, por parte dos EUA e da Rússia, que deveria ser iniciado a partir do dia 27 de fevereiro e ser procedida a conversações políticas entre as partes envolvidas, contudo, foi rompida após as primeiras 24 horas, com os ataques das forças russas e sírias a opositores (ROCHA et al., 2016).

Na segunda etapa das reuniões, referente ao mês de março do dia 14 a 24, segundo Mistura, as reuniões haviam atingido um novo momento, com o anúncio da saída das forças russas do território sírio. Em sua declaração de princípios, abrangia questões de repúdio ao terrorismo e transição política pacífica como solução do confronto, que deveriam ser guiadas a datar daquela reunião. Não obstante, Mistura falhou em sua declaração pois não delegava como seria realizada essa transição, e qual seria a função de Assad nesse processo (LUNDGREN, 2016). A terceira e última etapa teve seu comprometimento quando a HNC suspendeu formalmente sua participação nas negociações, alegando que a recusa de governo sírio em permitir ajuda humanitária no seu território, junto a contínuos bombardeios e ataques a rebeldes (HUDSON, 2016).

Cabe ainda mencionar que durante o ano de 2016, novos encontros-chave para processo de paz aconteceram. Em maio, membros do Grupo Internacional de Apoio da Síria se reuniram em Viena para reforçar a cessação das hostilidades e a entrega de ajuda humanitária. Em setembro se chega a um acordo de cessar-fogo entre o Governo sírio e uma coalizão apoiada pelos EUA de grupos rebeldes da oposição, incluindo o HNC. Conquanto, em outubro os EUA cancelam o pacto com Rússia em vista de novos ataques na Síria, e formalmente declara a suspensão de contato diplomático com a Rússia (UNOG, 2017).

Encabeçado por Mistura, John Kerry e Sergei Lavrov voltaram a se reunir em outubro na cidade de Lausana na Suíça, junto a mais sete ministros de países da região – Irã, Iraque, Arábia Saudita, Turquia, Qatar, Jordânia e Egito. Não obstante, a discussão terminou sem chegarem a uma decisão (AL JAZEERA, 2016).

No mês de dezembro,

After four years of fighting, the battle of Aleppo ends. It represents one of the longest sieges in modern warfare and leaves an estimated 31,000 people dead, almost a tenth of estimated overall war casualties. 28 December 2016 – Turkey and Russia broker a nationwide Syrian ceasefire, due to begin at midnight on 30 December. 30 December 2016 – A nationwide Syrian ceasefire agreed between Turkey, Russia, the Syrian government and opposition rebel groups begins. 31 December 2016 – The UN Security Council unanimously adopts resolution 2336 in support of efforts by Russia and Turkey to end the violence in Syria (UNOG, 2017, s.p)³⁷.

Através das várias resoluções da Assembleia Geral, e do CS, e também das tentativas de negociações pela paz realizadas pela ONU, é possível notar nos últimos anos de conflito sírio, a influência de grandes potências internacionais, com destaque aos EUA e Rússia, que resultam por ser responsáveis em ditar as repercussões do mesmo nesse íterim. No que toca a intervenção de potências internacionais, tendo privilégio de ser membro permanente do CS, pode-se ainda relatar os vetos efetuados no CS.

Em outubro de 2011, após seis meses de conflito, o conselho elaborou uma declaração expressando grande preocupação e ressaltando que a única solução para o conflito seria através de um processo político, todavia foi vetada pela Rússia e pela China. Ainda no começo de 2012, os dois atores repetiram sua posição quando vetaram um projeto de resolução, S/2012/77, que expressava grave preocupação com a deterioração da situação, e apelando para o fim da violência. No mesmo ano, o veto dos dois países foi para o projeto, S/2012/538, que condenava as autoridades sírias pelo aumento do uso de armas pesadas e de violação dos direitos humanos (MCKIRDY, 2017).

Em 2014, mais uma resolução, S/2014/348, foi vetada pelos dois países. Dois anos depois, em 2016, em resposta aos 13,5 milhões de pessoas necessitando por ajuda humanitária, o CS tentou passar a resolução, S/2016/846, que foi vetada, porém, somente pela Rússia. No

³⁷ “Após quatro anos de luta, termina a batalha de Aleppo. Representa um dos mais longos cercos guerra moderna e deixa cerca de 31 mil pessoas mortas, quase um décimo das baixas globais estimadas de guerra. 28 de dezembro de 2016 - Turquia e Rússia negociam um cessar-fogo para todo território sírio, que começará na meia-noite de 30 de dezembro. 30 de dezembro de 2016 - Começa um cessar-fogo nacional da Síria acordado entre a Turquia, a Rússia, o governo sírio e os grupos rebeldes da oposição. 31 de dezembro de 2016 - O Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a resolução 2336 em apoio aos esforços da Rússia e da Turquia para acabar com a violência na Síria” (tradução nossa).

último mês de 2016, o veto realizado, novamente pelos dois países, foi a resolução que clamava por um cessar-fogo na cidade de Aleppo por todos os grupos do conflito (MCKIRDY, 2017).

Com essas variáveis exploradas, podemos então adentrar no último subcapítulo desse trabalho, que investiga a atuação do ACNUR – órgão que pertencente tanto ao Conselho Econômico e Social, quanto da Assembleia Geral – de maneira a averiguar de que outra forma a ONU também se mantém presente na crise síria.

4.3 ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

Conforme a Convenção da ONU de 1951, relacionado ao status de refugiados, é considerado refugiado aquele que:

“Owing to a well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group, or political opinion, is outside the country of his nationality, and is unable to or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country...” (UNHCR, 2014a, p.2)³⁸.

O órgão do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), foi estabelecido em 1950, com o objetivo principal de proteger os refugiados. O termo em si, foi delimitado na convenção de 1951, se referindo as pessoas deslocadas, porém, com o tempo ganhou novos significados em resultado das novas complexidades, como; requerentes de asilo, pessoas internamente deslocadas (PID), apátridas ou migrantes. Junto ao protocolo de 1967, a convenção de 1951 são as bases da proteção moderna dos refugiados (UNHCR, 2014a).

O órgão, ACNUR, foi criado pela Assembleia Geral e começou a atuar possuindo como primeiro objetivo ajudar a milhares de pessoas deslocadas após a Segunda Guerra Mundial. Essa tarefa contava com uma meta de três anos para ser cumprida, apesar disso, conforme aumentou as crises de refugiados pelo mundo, o mandato do órgão continuou sendo renovado, até que em 2003 ganhou seu mandato permanente (UNHCR, 2014a).

Atualmente o ACNUR é considerado uma das principais agências humanitária, atuando em 130 países do mundo (UNHCR, 2017). Seus programas são aprovados por um Comitê Executivo, que possuem atualmente 94 Estados membros. Dentro de suas funções se encontram promover e ampliar o quadro jurídico internacional, desenvolver e fortalecer os sistemas de

³⁸ “Devido ao medo fundado de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social particular ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade e é incapaz ou, devido a esse medo, está relutante a tirar proveito da proteção desse país ...” (tradução nossa).

asilos, melhorar a qualidade de proteção, buscar soluções duradouras e muitas outras atividades destinadas a garantir a segurança e o bem-estar dos refugiados. E para isso, a ACNUR é quase totalmente financiada por doações de governo, organizações, corporações e indivíduos, além de possuir parcerias com ONGs e OIs (UNHCR, 2014a).

No que corresponde o ACNUR na crise síria, o órgão possui uma vasta quantidade de documentos, reportes, e planos de ações referente a sua participação na crise. No ano de 2012, em seu *Global Report*, na área dedicada a Síria, o informe cita que dentro do território sírio já possuía cinco oficinas do UNHCR, com 393 funcionários, sendo desses 331 nacionais. Nesse ano, cerca de 2 milhões de sírios foram deslocados internamente, e mais de meio milhão de refugiados foram sírios foram registrados em outros países (UNHCR, 2014).

Em resposta, o ACNUR auxiliou mais de 700 mil pessoas internamente deslocadas. Itens essenciais não alimentares foram fornecidos a mais de 450 mil pessoas, e em outros setores, o ACNUR também visou o incremento de abrigos, água e saneamento, assistência financeira, saúde, serviços comunitários e educação. No intento de criar um ambiente de proteção favorável, cerca de 5.700 pessoas receberam aconselhamento jurídico. Vale ressaltar que não só sírios faziam parte do número de refugiados, ou internamente deslocados. No final de 2012, no total de 67.700 refugiados iraquianos e não iraquianos, foram registrados no ACNUR na Síria (UNHCR, 2014).

Além dessas medidas, o ACNUR esteve trabalhando na segurança contra a violência e exploração; participação na comunidade e autogestão; soluções duradouras, relações externas; logística e suporte operacional (UNHCR, 2014).

No que concerne a assistência básica:

UNHCR gave monthly cash assistance to nearly 9,000 refugee and 14,700 IDP families. In addition, more than 1,500 refugee families in urgent need were provided with cash grants. More than 11,000 refugee children benefited from UNHCR's education grants programme in 2012. UNHCR scholarships for tertiary education assisted 310 students. Some 40,000 Syrian children were provided with school materials. More than 88,000 refugees benefited from primary health care services, and nearly 143,500 primary health care interventions benefited 66,400 IDPs (UNHCR, 2014, p.2)³⁹.

³⁹ “O ACNUR concedeu assistência monetária mensal a cerca de 9 mil refugiados e 14,7 mil famílias de deslocados internos. Além disso, mais de 1.500 famílias refugiadas em necessidade urgente receberam bolsas em dinheiro. Mais de 11 mil crianças refugiadas se beneficiaram do programa de bolsas de educação do ACNUR em 2012. As bolsas de estudo do UNHCR para o ensino superior ajudaram 310 alunos. Cerca de 40 mil crianças sírias receberam materiais escolares. Mais de 88.000 refugiados beneficiaram de serviços de atenção primária à saúde e cerca de 143.500 intervenções de saúde primária, beneficiaram 66.400 deslocados interno” (tradução nossa).

Em seus resultados, o ACNUR considera que seu programa de refugiados na Síria atingiu seus objetivos e alcançou suas principais prioridades estratégicas globais para 2012. No entanto, a falta de segurança e as dificuldades para chegar a pessoas necessitadas foram os principais desafios para a prestação de proteção e assistência humanitária ao ACNUR. A deterioração do conflito no país também teve um impacto severo na situação das pessoas com necessidades específicas e seu acesso aos serviços (UNHCR, 2014). Em seus objetivos não alcançados estão:

Despite effective programme implementation and delivery of assistance to IDPs and other affected populations, community services could not reach some 80,000 individuals. More than 90,000 IDPs living in collective centres did not receive support. More than 40,000 IDPs were not provided with primary health care services (UNHCR, 2014 p.3)⁴⁰.

A partir do ano de 2013, o ACNUR começa a elaborar relatórios especialmente voltados para a Síria, os documentos conhecidos como *A Year in Review*, respaldam todas as realizações do organismo dentro de um ano, remetente ao território sírio. Até o período de elaboração desse trabalho, já haviam os relatórios referentes ao ano de 2013, 2014, 2015 e 2016.

No ano de 2013, as operações do ACNUR na Síria estavam divididas em Proteção, Itens Básico para Sobrevivência, Abrigo, Saúde. No tocante a proteção, o ACNUR esteve envolvido na proteção de civis e advocacia para promover princípios sob o direito internacional humanitário e de direitos humanos; na tentativa de promover para os deslocados internos, a proteção de seus direitos humanos em correspondência com outros cidadãos, com foco nas questões de proteção e necessidades que se relacionam diretamente com o deslocamento. Também exerceu um monitoramento de proteção, observando sistematicamente as necessidades e preocupações das pessoas deslocadas em 11 Centros Comunitários. O grupo de proteção sexual e violência de gênero (*SGBV- Sexual and Gender Based Violence*) possui um dos trabalhos mais desafiadores pois está encarregado de identificar casos de violência doméstica, violência sexual, exploração, e casamento forçado. Para isso, o ACNUR trabalha com medidas preventivas e assistência aos sobreviventes; no ano de 2013, 40 mil indivíduos receberam suporte recreacional e psicossocial. Por último, o ACNUR ainda trabalha com a proteção voltada as crianças não acompanhadas, ou separadas; contra o trabalho infantil, o recrutamento de crianças soldados, problemas de documentação (UNHCR, 2014).

⁴⁰ “Apesar da implementação efetiva do programa e da prestação de assistência aos deslocados internos e outras populações afetadas, os serviços comunitários não puderam atingir cerca de 80 mil indivíduos. Mais de 90.000 deslocados internos que vivem em centros coletivos não receberam suporte. Mais de 40 mil deslocados internos não receberam serviços de atenção primária à saúde” (tradução nossa).

Em situações de deslocamento, e fuga de uma região de conflito, as pessoas afetadas geralmente deixam seus pertences e fogem com quase nada, além da roupa própria. Portanto, em complemento à comida, eles precisam de itens para sua sobrevivência. Nesse quesito entra a ajuda da ACNUR com os itens básicos para a sobrevivência (UNHCR, 2014).

The normal set of CRIs to IDPs includes recreational kits, plastic rolls, tents, lanterns, educational kits, carpets, fans, winter clothes, diapers, quilts, bed sheets, kitchen sets, hygiene kits, jerry cans, plastic sheets, sanitary napkins, sleeping mats, mattresses and blankets (UNHCR, 2014, p.22)⁴¹.

No ano de 2013 quase 3,4 milhões de pessoas deslocadas receberam os itens de ajuda básica. Junto aos itens, também existe uma assistência de dinheiro designadas a cada família, para que assim, a família beneficiária tenha a possibilidade de investir no que ela achar de prioridade para suas necessidades. Neste mesmo ano, 207.905 pessoas deslocadas internamente receberam a assistência em dinheiro nas regiões de Damasco, Damasco Rural, Hasakah, Tartus, Lataquia e Homs (UNHCR, 2014).

Devido as continuas explosões e bombardeios, no ano de 2013, já havia 1.2 milhões de casas danificadas, das quais 400 mil foram totalmente destruídas. Por essa razão, milhões de pessoas fugiram para abrigos coletivos como escolas, edifícios públicos, prédios, hospitais, porões e mesquitas. Contudo, esses lugares não possuem serviços básicos, como água, eletricidades, saneamento, e também falta comida, gerando um sistema caótico muito maior para vítimas que já estão, de certa forma, debilitadas. Nesse sentido, o ACNUR trabalha com a construção de abrigos, abrigos provados e barracas. Foram construídos, 92 abrigos coletivos em Damasco, Damasco Rural, Tartus, Lataquia, Homs, Aleppo, Hasakah, Hama, Daraa e Quneitra para beneficiar mais de 30.867 deslocados internos, e mais 4.480 barracas (UNHCR, 2014).

O último setor de ajuda do organismo é o de saúde, onde o mesmo se encarrega de prover acesso grátis a cuidados de saúde primário, consultas médicas,

[...] laboratory investigations, provision of essential medicines and mental health and psychosocial support (MHPSS). In addition, it has enabled access to primary healthcare through outreach facilities as well as with support to health facilities through

⁴¹ “O conjunto normal de itens para os deslocados internos inclui kits de recreação, rolos de plástico, tendas, lanternas, kits educativos, tapetes, ventiladores, roupas de inverno, fraldas, edredões, lençóis, conjuntos de cozinha, kits de higiene, galões, lençóis de plástico, guardanapos sanitários, saco de dormir, colchões e cobertores” (tradução nossa).

the provision of life-saving medicines, medical equipment and medical devices (UNHCR, 2014, p. 27)⁴².

Em números, ainda se destaca os 991.350 deslocados, e 21.672 refugiados com acesso a cuidados de saúde e suporte médico, 3.000 deslocados foram encaminhados para hospitais associados e atendidos com atendimentos de emergência, e 703.000 deslocados receberam medicamentos (UNHCR, 2014).

Conforme o relatório *Working Towards a Better Future: UNHCR Syria End of Year Report* de 2016, o panorama humanitário da Síria estava formado em 4.9 milhões de refugiados; 12.8 milhões de pessoas necessitando de assistência de saúde; 6.1 milhões de crianças e adolescentes em necessidade de assistência educacional, 1.75 milhões de crianças fora das escolas; 5.7 milhões com necessidades graves; 6.3 milhões de deslocados internos; 4.3 milhões de pessoas que precisam de intervenções de abrigo. O número de pessoas com carência de assistência foi de 1 milhão em junho de 2012 a 13.5 milhões em setembro de 2016 (UNHCR, 2017).

À vista disso, a abordagem da ACNUR, desde setembro de 2014, tem sido através de atores humanitários que operam dentro do território sírio ou através das fronteiras da Jordânia e da Turquia, com o fim de melhorar a eficiência e o alcance operacional. Por meio desse plano, WoS (Whole of Syria), os atores humanitários se comprometeram a respeitar os princípios humanitários, neutralidade, imparcialidade e independência (UNHCR, 2017).

Whole of Syria (WoS) refers to the overarching single coordination framework that joins together humanitarian operations in five hubs – the country operation in Syria, and cross-border operations and remote humanitarian programmes were conducted out of Turkey, Jordan, Lebanon and Iraq – in order to maximize efficiency, reduce duplication and ensure greater accountability, effectiveness and reach of the response to humanitarian needs within Syria (UNHCR, 2017, p.9)⁴³.

Como parte da abordagem do plano WoS, o Plano de Resposta Humanitária da Síria (*Syria Humanitarian Response Plan - HRP*) foi desenvolvido, com base nas necessidades humanitárias da Síria, em consultoria com todas as partes interessadas, incluindo o Governo sírio. O Plano de Resposta Humanitária da Síria, gira em torno de três objetivos estratégicos:

⁴² “[...] investigações laboratoriais, provisão de medicamentos essenciais e saúde mental e apoio psicossocial (MHPSS). Além disso, permitiu o acesso aos cuidados de saúde primários através de facilidades de divulgação, bem como com o apoio a instalações de saúde através da provisão de medicamentos que salvam vidas, equipamentos médicos e dispositivos médicos” (tradução nossa).

⁴³ “Whole of Syria (WoS) refere-se ao quadro de coordenação único abrangente que une as operações humanitárias em cinco centros - a operação do país na Síria, e operações transfronteiriças e programas humanitários remotos que foram conduzidos da Turquia, Jordânia, Líbano e Iraque - para maximizar a eficiência, reduzir a duplicação e assegurar uma maior responsabilização, eficácia e alcance da resposta às necessidades humanitárias na Síria” (tradução nossa).

salvar vidas, aumentar acesso a respostas humanitárias para pessoas vulneráveis; melhorar a proteção promovendo o respeito pela lei internacional; apoiar a comunidade local, famílias e indivíduos, protegendo e restaurando os meios de subsistência, e permitindo o acesso a serviços essenciais (UNHCR, 2017).

Concomitantemente, é importante destacar, além da ajuda e auxílio prestado pelo ACNUR dentro do território sírio aos deslocados internos, sua participação é de grande destaque nos outros países da região, onde administra diversos campos de refugiados sírios, como Za'atari, situado na Jordânia. O organismo do ACNUR, como dito, possui uma grande quantidade de documentos sobre suas ações, estratégias, e resultados, onde poderia dar origem a trabalhos fundamentalmente voltados a sua participação na crise síria, não sendo este o caso aqui, o subcapítulo teve a função de evidenciar a forma que o organismo tem atuado, junto a alguns resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi apresentado que, a ONU se manteve presente na crise síria desde os primórdios dos acontecimentos na região, na tentativa de desempenhar seu papel de cooperação em relação ao direito internacional, à segurança internacional, a manutenção dos direitos humanos e à paz na Síria. Contudo, como foi apresentado, muitas de suas ações foram barradas pelos atores internacionais, que estão envolvidos no conflito de forma direta ou indireta. Suas recomendações e resoluções, em vários momentos, foram recusadas e desobedecidas, e suas tentativas de acordos de paz negligenciadas por ambas as partes do conflito.

Desde a origem da Liga das Nações, no entre guerras em 1919-1930, se notava a necessidade de um órgão capaz de regularizar os interesses comuns entre os Estados, em prol de um bem-estar internacional, deixando as antigas formas de alianças militares indispensáveis para a manutenção do equilíbrio de poder. A criação da Liga das Nações, mesmo com seu fracasso, teve a importante função de ser o primeiro órgão internacional de segurança coletiva, dando início aos debates de cooperação internacional no quesito econômico, social, e na manutenção da paz. Seu malogro, forneceu subsídio tanto a ONU, quanto as novas organizações internacionais que começaram a nascer nos anos 50. Como resultado da Segunda Guerra Mundial, cria-se um organismo internacional com princípios de igual soberania entre os Estados pacíficos, manutenção da paz e segurança internacional. A ONU, fundada com a Carta das Nações Unidas, não pretende substituir os Estado, mantendo a soberania de seus Estados membros e sendo classificada como uma organização internacional.

Nesse seguimento, a ONU estabeleceu seus órgãos principais, a Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Dentro das funções da Assembleia geral, onde se discute qualquer assunto que esteja incorporado nas finalidades da Carta – como manutenção da paz e seguranças internacionais – a suas recomendações no conflito sírio, como analisado no capítulo 4, especialmente no subcapítulo 4.1, esteve baseado em um dos seus principais objetivos, que é favorecer o usufruto dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem discriminação de raça, sexo, língua ou religião.

O Conselho de Segurança, considerado o principal órgão da ONU, encarregado das questões processuais, e que busca as soluções pacíficas dos conflitos através de negociações, inquéritos, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos

regionais, e ainda, com seus cinco membros permanentes (China, França, Rússia, Grã-Bretanha e EUA), tiveram grande importância, e continuam a ter, no desenrolar do conflito sírio. As tentativas de negociações de paz se mantiveram de 2012 a 2016, contudo com pouco ou quase nenhum efeito dentro do conflito. A tomada de posições contrárias por parte da Rússia e dos EUA, foi um dos grandes entraves nas negociações, juntamente ao seu gozo de veto, impossibilitaram várias resoluções a serem passadas.

Pertencente ao Programa e Fundos da Assembleia Geral e Conselho Econômico e Social, o ACNUR por outro lado, tem demonstrado grande importância no que tange a ajuda humanitária na Síria com os deslocados internos e refugiados nos países vizinhos. O Conselho Econômico e Social, como explanado, trabalha com estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional e conexos e pode fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.

O Secretário Geral Ban Ki-Moon, o principal funcionário administrativo da Organização, que atua em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social, e responsável pelo relatório anual sobre os negócios do órgão, foi o grande responsável por escalar os enviados especiais a Síria – Kofi Annan, Lakhdar Brahimi, Staffan de Mistura – sendo eles encarregados de desenvolver as negociações de paz entre as partes do conflito e manter contato entre a ONU e os acontecimentos no conflito dentro do país.

As teorias de Relações Internacionais, que tentam elucidar as organizações internacionais dentro do Sistema Internacional, podem nos oferecer uma visão mais explicativa do papel da ONU na crise síria. Conforme o Realismo, que defende que os principais atores do Sistema Internacional são os Estados, trabalhando em busca de poder e segurança, e destacando a falta de uma autoridade supranacional, pode se destacar, nesse sentido, a falta de poder da ONU para efetivar suas recomendações, ou ainda nas negociações de paz, onde as potências como os EUA e a Rússia, junto aos seus aliados na região, possuíram maior influência no desenvolver dos acordos e do conflito do que a própria ONU com o CS e a Assembleia Geral.

A teoria Marxista, argumenta que as instituições internacionais são sistemas possíveis para as potências imperialistas, o que pode se traduzir nesse caso, a pressão dos EUA sob a ONU para a condenar o governo de Bashar al-Assad, além de pedir novas eleições. Por outro lado, o Institucionalismo neoliberal, acredita os Estados não estão sempre coagidos, ou quase

sempre, a instituições internacionais, e sim, que suas ações dependem, consideravelmente, dos acordos estabelecidos com as organizações internacionais. O que pode ser explicado pelas situações onde os Estados que estão envolvidos, de alguma forma, no conflito, aceitaram dialogar por possíveis resoluções comandadas pela ONU. Para Keohane (1993), a capacidade dos Estados de se comunicarem e cooperarem está ligado as instituições, além da existência de regras formais e informais.

A história da Síria, um país marcado desde seus proêmios por ingerência externa, primeiramente pelo Império Otomano, vindo a fazer parte do que era a Grande Síria, depois ganhando influência com o renascimento da língua árabe na conquista do Levante, vendo o desmantelamento do Império Otomano, e a imposição de um mandato por parte da França, conseguindo sua independência somente em 1943. Surge então, um Estado marcado por uma heterogeneidade muito vasta entre sua população, dividida em estamentos, com mulçumanos, sunitas, xiitas, curdos, cristãos (maronitas e ortodoxos).

A posteriori, a Síria vivenciou um conturbado período, com correntes políticas de viés secular e religioso, como o grupo da Irmandade Mulçumana, e a tomada do poder pelo partido Baath, formado por cristão e sunitas com ideologia socialista secular, anticolonial e nacionalista pan-árabe. Pode-se dizer que Hafez al-Assad, que assume o governo em 1970, também através de um golpe político, se manteve, seja por meio das reformas desenvolvimentistas, e abertura política, ou pela estrutura autoritária presente em todo seu governo, e uma falsa liberdade de expressão, além da imposição de suas escolhas sob as da Irmandade Mulçumana, conseguiu mantê-lo no poder por 30 anos. Diferentemente, seu filho Bashar al-Assad, esteve governando por quase 11 anos, quando a população começou a se manifestar em apoio às reformas políticas.

A reação desproporcional gerada por Bashar al-Assad em resposta as manifestações populares, pode ser considerada como a principal, ou uma das principais vertentes do escalamento do conflito. A violenta repressão das autoridades contra os manifestantes pacíficos, após várias mortes de civis, acabou encontrando sua resposta com a luta armada, transformando a insurreição síria de massacre em confronto armado.

Como assinalado, a presença dos Estados regionais, e extraregionais, na crise síria incrementou o conflito em seu nível de destruição. Agindo conforme os seus interesses, o Irã, a Rússia e a China estiveram apoiando o governo de Bashar al-Assad desde começo do conflito, enquanto que os EUA, junto a Arábia Saudita, e grande parte dos países da Liga Árabe estiveram contra o governo sírio, demonstrando suporte aos grupos anti-Assad. A complexidade

do conflito somente piorou com a participação do ISIS no ano de 2014, apesar disso, resultou em um dos fatores de cooperação entre as coalisões, com o objetivo de acabar com a presença do grupo terroristas no território sírio.

As resoluções apresentadas transmitem as preocupações; recordações; reafirmações; condenações; demandas; e encorajamentos realizados pela Assembleia Geral. Demonstrando sempre preocupação com violação dos direitos humanos dos civis sírios, condenação à violência na Síria, tanto da parte do governo sírio quanto da oposição. Já as demandas ao governo sírio, como o cessar de todo tipo de violência, proteger a população; liberar as pessoas detidas; retirar militares sírios das cidades; garantir a liberdade de manifestação pacífica, nunca foram executadas.

De outra forma, as resoluções do Conselho de Direitos Humanos, demonstravam grande participação na crise síria, com missões de investigação, sendo que no ano de 2012, o Relatório da comissão internacional independente de inquérito sobre a República Árabe da Síria, relatava a matança ilegal, as detenções arbitrárias, desaparecimento de civis, tortura, ataques indiscriminados, violência sexual, entre outras violações. As investigações da Comissão de inquéritos da Síria continuaram por todos os anos da crise até o momento, 2016, alcançando 12 reportes no final de 2016.

Ao mesmo tempo, as tentativas de conversações de paz, realizadas pelos enviados especiais da ONU, tiveram sua importância na investida de um debate por soluções pacíficas ao confronto. Apesar dos fracassos nos três encontros de Genebra, vale reconhecer que o organismo continuou se mantendo ativo e enviando novos emissários, com novas abordagens nas negociações. Junto a isso, se reconhece o notável trabalho que o ACNUR tem desempenhado nesses seis anos de conflito. No fim de 2016 (UNHCR, 2017), o órgão já havia alcançado, somente no território Sírio, 2.012.890 beneficiários de intervenções de proteção e serviço comunitário; atingiu mais do que 3.400.000 pessoas vulneráveis com mais de 5.460.000 itens de ajuda básica; 9.1725 beneficiários das instalações de abrigos; e 696.455 favorecidos do sistema cuidados de saúde primários.

Cabe aqui, novamente, retomar o problema de pesquisa, que é “qual foi a importância da ONU na crise da Síria, entre os anos de 2011 e 2016, em tentativa de resolução da crise na Síria?”. E a respectiva hipótese, levantada ao início da pesquisa, sugeria que, as medidas tomadas pela ONU, sendo estas no âmbito do Conselho de Segurança, Assembleia Geral, e

ACNUR, não foram de grande importância, ou, em outras palavras, não tiveram grande impacto na tentativa de resolução da crise.

Portanto, considerados os pontos elencados acima, pode-se afirmar que a hipótese do presente trabalho foi confirmada parcialmente. Possuindo um sentido qualitativo e não quantitativo a palavra “importância”, é de extrema dificuldade mensurar o papel da ONU no conflito, no entanto, é possível averiguar que o órgão demonstrou contínuo interesse na resolução do conflito, seja através do seu CS, da Assembleia Geral, ou de órgãos específicos como o ACNUR. Salienta-se então, no âmbito político, que a iniciativa da ONU nos debates de paz, pode ser considerado como uma ótima ferramenta, que se fez uso, em vários casos, mas que não foi concretizada de fato, devido principalmente aos atores externos envolvidos; dando assim não tanta relevância a essas ações, uma vez que não houve acordo de paz. Em relação a parte econômica, e humanitária, o papel presente do ACNUR, e também, de certa forma, do Conselho de Direitos Humanos, tiveram uma grande importância na manutenção dos direitos humanos, e também da qualidade de vida daqueles que são as principais vítimas desse conflito.

Tendo em vista algumas dificuldades ou limitações como, a disponibilidade de fontes, e também os desdobramentos que serão possibilitados considerando-se que o conflito continua em 2017, extrapolando o recorte teórico, a pesquisa pode ainda ser amplamente explorada, com várias possibilidades de aprofundamento, como a atuação do ACNUR na crise de refugiados e deslocados internos, nas negociações de paz que ainda continuam no ano de 2017, ou ainda, focando nas atuações dos atores internacionais, como os EUA e Rússia, e suas participações para o desfecho do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGARWAL, Vinod. **Liberal Protectionism: The International Politics of Organized Textile Trade**. Berkeley, University of California Press. 1985.

AGUIRRE, Mariano. ¿Por qué es tan difícil lograr la paz en Siria? **BBC**. 30 jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/01/150130_siria_guerra_civil_paz_m_aguirre>. Acesso em 30 set. 2017.

AL JAZEERA. **Syria war: Talks in Lausanne amid Aleppo fighting, 15 out. 2016.** Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/10/syria-war-talks-lausanne-aleppo-fighting-161015035430288.html>>. Acesso em 25 out. 2017.

BBC BRASIL. Por que há uma guerra na Síria: 10 perguntas para entender o conflito. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>>. Acesso em 30 set. 2017

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política Vol.1 e 2**. Fundação Universidade de Brasília. 1998. Disponível em: <https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf>. Acesso em 15 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política Vol. 2**. Brasília. Fundação Universidade de Brasília. 2010.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: **FUNAG**. 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em 10 mai. 2017.

CIDOB. Reacciones internacionales. **Barcelona Centre of International Affairs**. s.d. Disponível em: <https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/dossiers/conflicto_en_siria/reacciones_internacionales>. Acesso em 30 set. 2017.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. 2009. Disponível em: <<http://islamicblessings.com/upload/A-History-of-the-Modern-Middle-East.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2017.

COSTA, Renata Parpolov. **Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Letras

Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8159/tde-24082016-153949/pt-br.php>>. Acesso em 14 ago. 2017.

DÁVILA, Eduardo. La postura de Estados Unidos respecto a la Guerra Civil Siria. **El Orden Mundial En El Siglo Xxi**. 26 jan. 2015. Disponível em: <<http://elordenmundial.com/2015/01/26/la-postura-de-estados-unidos-respecto-la-guerra-civil-siria/>>. Acesso em 30 set. 2017.

ELLIOT, Kimberly Ann; MUIR, Julia; HUFBAUER, Gary Clyde; SCHOTT, Jeffrey J. Case 2011-2: EU, US v. Syrian Arab Republic. **Case Studies in Economic Sanctions and Terrorism**. Peterson Institute for International Economics, jul. 2011. Disponível em: <<https://piie.com/publications/papers/sanctions-syria-2011.pdf>>. Acesso em 25 set. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 66/176. Index: A/RES/66/176. 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20A%20RES%2066%20176.pdf>>. Acesso em 16 out. 2017.
16/10/17

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 66/253. Index A/RES/66/253. 21 fev. 2012. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20A%20RES%2066%20253.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 66/253 B. Index: A/RES/66/253 B. 7 ago. 2012a. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_66_253_b.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.
17/10/17

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 67/262. Index: A/RES/67/262. 4 jun. 2013. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_67_262.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 68/182. Index: A/RES/68/182. 30 jan. 2013a. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_68_182.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 70/L.47. Index A/C.3/70/L.47. 2 nov. 2015. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_c_3_70_l_47.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 71/L.39. Index A/71/L.39. 7 dez. 201). Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_71_130.pdf>. Acesso em 18 out. 2017.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução 71/L.48. Index A/71/L.48. 19 dec. 2016a. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_res_71_248.pdf>. Acesso em 18 out. 2017.

GERHADT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2017.

GINER, Blanca de Santiago. **El Conflicto Sirio: Los principios de no intervención y de a prohibición del uso de la fuerza en el sistema político mundial de post-Guerra Fría.** 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Máster Oficial Internacionalización, Facultat D'economia I Empresa, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/61270/1/TFE-MOI-DeSantiago-enero2014.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2017.

GROARKE, Emer. "Mission Impossible": exploring the viability of power-sharing as a conflict-resolution tool in Syria". **International Journal of Conflict Management**, Vol. 27 Issue: 1, p.2-24. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/IJCMA-12-2014-0090>>. Acesso em 22 out. 2017.

GUERRA, Sydney. **Organizações Internacionais.** Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris. 2011

HALL, M. Clement. **The History of Syria: 1900-2012.** Epub: Charles River Editors, 111 p. 2012.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas.** São Paulo. Elsevier Editora. 2004.

HINNEBUSCH, Raymond; ZARTMAN, I. William. UN Mediation in the Syrian Crisis: From Kofi Annan to Lakhdar Brahimi. **International Peace Institute.** Nova York, p. 1-32. mar. 2016. Disponível em: <<https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2016/03/IPI-Rpt-Syrian-Crisis2.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

HUDSON, John. Syrian Opposition Suspends Peace Talks Amid Anti-Assad Offensive. **Foreign Policy.** 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/04/18/syrian-opposition-suspends-peace-talks-amid-anti-assad-offensive/>>. Acesso em 25 out. 2017.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. Resolução 21/50 2012. Index A/HRC/21/50. 15 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20A%20HRC%2021%2050%20Advanced%20Edited%20Version.doc>>. Acesso em 22 out. 2017.

HUMAN RIGHT COUNCIL. Resolução 24/CRP.2. Index A/HRC/24/CRP.2.13 set. 2013. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_hrc_24_crp_2.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

HUMAN RIGHT COUNCIL. Resolução 27/60. Index A/HRC/27/60. 13 ago. 2014. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_hrc_27_60.pdf>. Acesso em 23 out. 2017.

ITAMARATY. Temas orçamentários e administrativos da ONU. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/139-temas-orcamentarios-e-administrativos-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 16 ago. 2017.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. Disponível em <<https://ufperi20122.files.wordpress.com/2012/12/introduc3a7c3a3o-c3a0s-relac3a7c3b5es-internacionais-sorensen-georg-e-jackson-robert.pdf>> Acesso em 16 abr. 2017.

KEOHANE, Robert. **Institucionalismo neoliberal: Una perspectiva de la política mundial,** capítulo 1. 1993. Disponível em <<http://biblio3.url.edu.gt/Publi/Libros/InstitucionesInternacionales/01.pdf>> Acesso em 06 mai. 2017.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. Power and Interdependence revisite. **The MIT Press.** Vol. 41, No. 4. 1987. p. 725-753.

LANDIS, Joshua. What happened in Jisr al-Shaghour? **Syria Comment**, 13 jun. 2011 Disponível em: <<http://www.joshualandis.com/blog/what-happened-at-jisr-alshagour/>>. Acesso em 25 set. 2017.

LUNDGREN, Magnus. Mediation in Syria: Initiatives, Strategies, and Obstacles, 2011-2016. 30 abr. 2016. **Contemporary Security Policy.** Disponível em: <[SSRN: https://ssrn.com/abstract=2787157](https://ssrn.com/abstract=2787157)>. Acesso em 13 out. 2017.

LUND, Aron. *The Road to Geneva: the Who, When, and How of Syria's Peace Talks*. **Carnegie Middle East Center**. 29 jan. 2016. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/diwan/62631?lang=en>>. Acesso em 18 out. 2017.

MCCARTHY, Niall. **Which Countries Contribute The Most To The United Nations?** 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2016/07/15/which-countries-contribute-the-most-to-the-united-nations-infographic/#ac5bcd33f99f>>. Acesso em 16 ago. 2017.

MCKIRDY, Euan. 8 times Russia blocked a UN Security Council resolution on Syria. **CNN**. 13 abr. 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/04/13/middleeast/russia-unsc-syria-resolutions/index.html>>. Acesso em 25 out. 2017.

MEIRELES, Ana. *Staffan de Mistura. O otimista que está a tentar levar a paz à Síria*. **DN MUNDO**. 06 fev 2016. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/staffan-de-mistura-o-otimista-que-esta-a-tentar-levar-a-paz-a-siria-5017904.html>>. Acesso em 24 out. 2017.

MOHAMMED, Arshad; MURPHY, Francois. Kerry sees new Syria talks next week, does not rule out Iran role. **Reuters**. 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-talks/kerry-sees-new-syria-talks-next-week-does-not-rule-out-iran-role-idUSKCN0SH1LN20151023>>. Acesso em 25 out. 2017.

NEVADO, Pedro Picaluga. **Popper e a investigação: a metodologia hipotética-dedutiva**. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa. 2008. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2564/1/adwp72008.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2017.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O GLOBO. **Estado Islâmico e Frente Al-nusra Declaram Trégua e Aliança na Síria**. 13 nov. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/estado-islamico-frente-al-nusra-declaram-tregua-alianca-na-siria-14554331>>. Acesso em 30 set. 2017.

ONU. **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em 16 ago. 2017.

ONUBR. **Países-membros da ONU**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em 20 ago. 2017.

ONUBR. **Organograma do sistema ONU**. 2017a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organismos/organograma/>>. Acesso em 20 ago. 2017.

OSDH. **The Syrian Observatory for Human Rights**. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/>>. Acesso em 4 de abr. 2017

POGGI, Olga Elena Ramírez; PÉREZ, Olga Lukashevich. Los intereses y las posiciones de los principales actores internacionales en el conflicto de Siria. In: **VII CONGRESO DE RELACIONES INTERNACIONALES**, La Plata. Universidad Nacional de La Plata, 2016. p. 1 - 28. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/58257/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1>. Acesso em 25 jul. 2017.

ROCHA, Douglas de Quadros; JULIO, Isabela Souza; MACHRY, Patrícia Graeff. As conversações de paz sobre o conflito sírio: principais avanços e diferenças entre as reuniões de viena (2015) e genebra iii (2016). **Boletim de Conjuntura Nerint**. Porto Alegre, p. 36-50. jul. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/07/Boletim-v1n1-conversacoespazsiria.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

SAFARTI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo. Editora Saraiva. 2005.

SCR SECURITY COUNCIL REPORT. **UN Documents for Syria: Human Rights Council Documents**. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/un-documents/search.php?ctype=Syria&rtype=Human%20Rights%20Council%20Documents&cctype=syria&search=%22Human%20Rights%20Council%20Documents%22%20AND%20%22Syria%22&__mode=tag&IncludeBlogs=10&limit=15&page=2>. Acesso em 20 out. 2017.

SECURITY COUNCIL. Resolução 2042. Index **Six-Point Proposal of the Joint Special Envoy of the United Nations and the League of Arab States**. 14 abr. 2012. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/six_point_proposal.pdf>. Acesso em 24 out. 2017.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 2012.

SMITH, Ben. Seeking a negotiated solution in Syria. **House of Commons library**. 4 fev. 2016. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7392>>. Acesso em 20 out. 2017.

TALHAMY, Yvette. The Syrian Muslim Brothers and the Syrian-Iranian Relationship. *The Middle East Journal*, v. 63, n. 4, p. 561-580, set./nov. 2009. Disponível em:

<<http://muse.jhu.edu/journals/mej/summary/v063/63.4.talhamy.html>>. Acesso em 14 set. 2017.

UNHCR. Global Report Syrian Arab Republic 2012. **The UN Refugee Agency**. 2013. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/51c017eba.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

UNHCR. Global Report Syrian Arab Republic 2013. **The UN Refugee Agency**. 2014. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/52d7c00c4.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

UNHCR. Protecting refugees & the role of UNHCR. **UNHCR Communications and Public Information Service**. Out. 2014a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/509a836e9.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

UNHCR. Working Towards a Better Future: Syria End of Year Report 2016. **The UN Refugee Agency**. 2017. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/End%20of%20year%202016%20.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

UNHCR. Where We Work. **The UN Refugee Agency**. 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/where-we-work.html>>. Acesso em 26 out. 2017.

UNOG. Intra-Syrian talks - Key dates of the peace process. **The United Nations Office at Geneva**. 2017. Disponível em: <[https://www.unog.ch/unog/website/news_media.nsf/\(httpPages\)/E409A03F0D7CFB4AC1257F480045876E?OpenDocument](https://www.unog.ch/unog/website/news_media.nsf/(httpPages)/E409A03F0D7CFB4AC1257F480045876E?OpenDocument)>. Acesso em 25 out. 2017.

UN. Basic Facts about the United Nations. 2011. **United Nations Department of Public Information New York**. Disponível em: <<http://munkiconference.weebly.com/uploads/1/5/4/2/15422056/basic-facts-about-the-un.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2017.

UN. Security Council Unanimously Adopts Resolution 2042 (2012), Authorizing Advance Team to Monitor Ceasefire in Syria. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2012/sc10609.doc.htm>>. Acesso em 10 ago. 2017.

VIGNAL, Leila. Anatomía de uma revolução. **Viento Sur**, 5 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.vientosur.info/spip/spip.php?article7017>>. Acesso em 25 set. 2017.

XAVIER, Ana Isabel. ONU: A Organização das Nações Unidas. In: RODRIGUES, Ana Luiza et al. A Organização das Nações Unidas. Coimbra: **Publicações Humanas**, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf>. Acesso em 27 ago. 2017.

ZRAIK, Karen. Syria Talks Are Complicated by Competing Opposition Groups. **The New York Times**. 29 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/01/30/world/middleeast/syria-talks-geneva-opposition.html>>. Acesso em 25 out. 2017.